



Entusiasmo e dinamismo caracterizaram as brigadas de trabalho que têm ocorrido à FIL para darem o seu contributo na preparação da Festa do "Avante!"

## VAMOS ERGUER A FESTA DO «AVANTE!»

Pág. 4

### Editorial

## DESESTABILIZAR OBJECTIVO PERMANENTE DA REACÇÃO

A institucionalização da democracia portuguesa, ainda em curso, mesmo com todas as falhas do sistema, deveria representar necessariamente um passo para a estabilização da situação política, militar e de certo modo da situação social do País.

Mas o panorama actual é diferente. Nestes últimos dias surgiram e acumularam-se novos factores de desestabilização da situação nacional e uma subtil manobra envolvente ameaça não só as conquistas principais da revolução como as próprias instituições democráticas nascentes.

Forças aparentemente movidas por interesses e objectivos estratégicos diferentes conjugam-se na sua acção comum contra o processo.

Algumas dessas forças, aparentemente cheias de boas intenções, trabalham de maneira aberta para a recuperação capitalista, isto é, para a restituição ao capital privado das empresas nacionalizadas ou sob administração do Estado e aos grandes agrários das terras expropriadas nas zonas de intervenção da Reforma Agrária.

Há nestas forças pessoas ingénuas que sonham com um capitalismo «social-democrata», "liberal", "bom rapaz", fora das realidades, mas há outras que se cobrem com a capa da social-democracia para conscientemente trabalharem para o restabelecimento do poder dos monopólios com todas as suas consequências económicas e políticas.

Outras das forças em movimento têm contudo, objectivos mais ambiciosos e menos ingénuos: querem pura e simplesmente suprimir as liberdades e a democracia e reconduzir ao poder a ditadura do grande capital, o regime de terror e violências apeado em 25 de Abril de 74, mesmo que para isso tivessem de mergulhar o povo português num banho de sangue.

Quer sob o véu mistificador da social-democracia quer sem qualquer véu seria na ditadura fascista mais impiedosa e cruel que desembocariam uma e outra destas formas de ataque à revolução e às suas conquistas.

(Continua na pág. 2)



Não é um campo de um país socialista. É a ceifa numa cooperativa do Alentejo

## REFORMA AGRÁRIA

Pequenos agricultores do Norte e trabalhadores do Sul unidos — Pág. 9 • Encontro de militantes do PCP nas Unidades Colectivas e Cooperativas de Alpiarça — Pág. 8 • Festa das Colheitas em Montemor-o-Novo — Pág. 8 • Em Alenquer surgirá uma Cooperativa de pequenos e médios agricultores — Pág. 9

## ACTUALIDADE POLÍTICA

- A recuperação capitalista joga na cisão do movimento sindical
- Perseguição política e discriminação ideológica
- A direita inventa à pressa o "terrorismo de esquerda"
- A reacção não desiste de apostar no anticomunismo e na calúnia

Págs. 2/3

E.U.A. :  
200 anos de capitalismo  
U.R.S.S. :  
59 anos de socialismo

Pág. 10



Pág. 12

## CONTRA OS DESPEJOS CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO

## SEMANA INTERNACIONAL

- Conferência dos não-alinhados — nova derrota do imperialismo



Pág. 11

- Washington monta provocações contra a RDP da Coreia
- África do Sul: A agonia do neocolonialismo e do racismo



Pág. 3

Elementos da delegação soviética ao Congresso Hegel encontraram-se ontem com membros do Comité Central do PCP, nomeadamente Joaquim Gomes e Aboim Inglês

## LISBOA: CONGRESSO HEGEL

## Os artistas de todo o mundo na Festa do «Avante!»

Pág. 6

Serão mais de duzentos artistas de todos os continentes! Começamos pelos portugueses de que hoje divulgamos alguns nomes! Para a semana continuaremos e até 24 de Setembro haverá novidades!



Editorial

DESESTABILIZAR OBJECTIVO PERMANENTE DA REACÇÃO

(Continuação da pág. 1)

Quais as direcções de ataque desta acção conjugada, desta manobra envolvente, de forças aparentemente diferenciadas contra o processo democrático?

Atingir o movimento popular na sua componente mais vigorosa e combativa — a classe operária — é um objectivo comum e prioritário que prosseguem.

Dividir a classe operária, extrair-lhe o nervo revolucionário, pô-la a reboque dos interesses do patronato é uma primeira tarefa dos inimigos da Revolução. A unidade da classe operária é o maior obstáculo às ambições de classe dos exploradores capitalistas em defesa dos seus privilégios — a divisão da classe operária é a condição essencial para a recuperação capitalista na fase actual da Revolução.

A ofensiva divisionista contra a classe operária na cidade e nos campos desenvolve-se em várias frentes: no movimento sindical, na luta reivindicativa, na atitude do operariado rural face à questão dos salários nas Unidades Colectivas de Produção.

Na frente dos sindicatos, onde pela primeira vez desde há muito tempo surgiu a possibilidade de um grande impulso unitário do movimento sindical português, principalmente entre trabalhadores socialistas e comunistas, ingerências alheias ao movimento operário, podem estar na origem de iniciativas dilatórias e exigências desrazoáveis na preparação e organização do Congresso Sindical. Os propósitos hegemónicos são incompatíveis com a essência democrática dos sindicatos. Um grande esforço comum é necessário para superar as dificuldades e para que a via da unidade — indispensável à defesa dos interesses específicos dos trabalhadores — não seja comprometida.

As exigências unitárias do movimento sindical, apesar das duas grandes tendências que se desenham no seu seio, são tanto maiores quanto é certo que os partidos da direita reaccionária — CDS e PPD — e os grupelhos neonazis que manobram, trabalham activamente para a formação de outra central sindical, controlada por organizações sindicais estrangeiras a soldo da CIA.

Na frente reivindicativa o patronato tenta explorar habilmente o desespero dos trabalhadores empurrando-os, pela sua recusa a negociar sobre as questões de trabalho e dos salários, para formas de luta extremas onde os patrões contam fazê-los cair sob a alçada de uma repressão que procuram acirrar. O patronato está interessado em formas de luta que afectem seriamente a produção ou atinjam outros sectores da população trabalhadora para lançar uns contra os outros os trabalhadores das fábricas, oficinas e escritórios.

Na zona da Reforma Agrária, os GDUPs, sob a orientação divisionista da UDP/PCP(r), procuram lançar os trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção numa acção reivindicativa de altos salários que se fosse seguida pelos trabalhadores provocaria o rápido afundamento económico e financeiro das cooperativas agrícolas. Usando da demagogia os ultra-esquerdistas procuram levar os assalariados rurais a um erróneo comportamento de classe como se a UCP não fosse coisa sua, fruto da iniciativa e da luta dos próprios trabalhadores.

Contra todas estas manobras divisionistas da classe operária devem os trabalhadores reforçar a sua unidade e a sua vigilância de classe, escorraçando do seu seio os agentes do patronato e

da recuperação capitalista. A unidade será reforçada e os divisionistas serão derrotados.

Atingir as instituições democráticas no seio das Forças Armadas é outra das direcções de ataque dos inimigos da revolução.

O alvo da direita reaccionária é o próprio Conselho da Revolução. A coberto de uma capa pseudo-legalista e pseudo-constitucional a direita reaccionária procura negar legitimidade democrática ao órgão revolucionário das Forças Armadas. Que imprensa de direita e fascisante quer dirigentes políticos dos partidos da direita, como Sá Carneiro nas suas declarações de ontem ao "Comércio do Porto" toda uma campanha está orquestrada para agravar divergências dentro das Forças Armadas, para alterar a composição progressista do Conselho da Revolução e para impedir este órgão de soberania de exercer as suas funções constitucionais.

Sob uma falsa capa de defesa da legalidade constitucional, que não aponta para nada, reaccionários de todos os matizes atacam o Conselho da Revolução com arrogância cada vez maior, um Conselho da Revolução dirigido pelo próprio Presidente da República que se tem pronunciado inequivocamente pela defesa da Constituição e da legitimidade dos órgãos por ela estabelecidos ou sancionados, entre eles o Conselho da Revolução.

A prosa do dr. Sousa Tavares, director de "A CAPITAL", um político que tem cirandado de um partido para outro e que nunca se sabe onde está, é um mimo de pensamento reaccionário.

Aos reaccionários de todos os matizes repugna o

facto de o Conselho da Revolução se manter ainda hoje como sentinela vigilante do espírito do 25 de Abril. Não podem perdoar aos militares progressistas a sua opção pelo Povo e, hoje armados em defensores de uma Constituição que abominam, julgam ter chegado o momento de assestar, nos órgãos legitimados pela revolução e pela própria Constituição, o golpe de misericórdia.

O PCP que sempre tem procurado não se ingerir nas questões entre militares e que prosseguirá intransigentemente neste caminho, não pode deixar de denunciar esta campanha da direita reaccionária contra os militares progressistas que se mantêm fiéis ao espírito da Revolução de Abril.

O Povo português deve interrogar-se quanto ao significado desta súbita campanha reaccionária contra o Conselho da Revolução.

Aonde se quer chegar? Que objectivos se escondem por detrás disto? Qual o significado deste ataque simultâneo contra a componente popular e a componente militar do nosso processo democrático?

O nosso Povo deve manter-se vigilante. A unidade de todos os que se dispõem a defender a democracia e a liberdade e independência da Pátria é cada vez mais necessária e instante. A classe operária deve unir as suas fileiras. Socialistas, comunistas e todos os trabalhadores doutras tendências têm alguma coisa mais a defender do que as suas opções partidárias, principalmente quando estas são um obstáculo à unidade de acção em defesa do que nos é mais caro: a democracia, a liberdade, tudo aquilo que conquistámos através de uma dura luta de décadas contra a opressão fascista.

**ABC do Marxismo-Leninismo**

Série A N.º 1 A SOCIEDADE E O ESTADO

**COMO O HOMEM SE TORNA HOMEM**

**ABC do Marxismo-Leninismo**

Série A N.º 2 A SOCIEDADE E O ESTADO

**ENVOLVIMENTO DO HOMEM NA SOCIEDADE PRIMITIVA E FEUDALISMO**

**ABC do Marxismo-Leninismo**

Série A N.º 3 A SOCIEDADE E O ESTADO

**A ORIGEM DO CAPITALISMO (A revolução industrial na Inglaterra)**

**ABC do Marxismo-Leninismo**

Série B IMAGEM MODERNA DO MUNDO N.º 3

**A CONCEPÇÃO MARXISTA DO CONHECIMENTO**

**ABC do Marxismo-Leninismo**

Série A N.º 4 A SOCIEDADE E O ESTADO

**«LIBERDADE, IGUALDADE, FRATERNIDADE» (A Grande Revolução Francesa de 1789 e as suas repercussões)**

**ACESSÍVEL A TODOS OS LEITORES (A linguagem e o preço)**

**ABC do Marxismo-Leninismo**

Série A N.º 5 A SOCIEDADE E O ESTADO

**A HISTÓRIA DO CASO ACASO: A LEI?**

edições Avante!

# A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA JOGA NA CISÃO DO MOVIMENTO SINDICAL

## É urgente opor a unidade ao inimigo de classe

A direita entusiasma-se com a polémica gerada à volta do movimento sindical. O «Jornal Novo», porta-voz da CIP, isto é da recuperação capitalista, do «travão» que o sr. Vasco de Mello gostaria de impor aos sindicatos, dedica à «polémica em torno do futuro congresso sindical» quase duas páginas de prosa miudinha, no seu número da última segunda-feira.

Quantas centrais sindicais vamos ter em Portugal, a curto prazo? — pergunta o «Jornal Novo», entre promessas de «ruptura» como se estivesse prestes a cair-lhe em casa, na casa da CIP, uma central inteira com trabalhadores «refreados», palavra que o sr. Vasco de Mello utiliza na entrevista ao «Times», onde fala na necessidade de «travar» e «refrear» os sindicatos.

O «Jornal Novo», no meio do seu entusiasmo, gagueja uns insultos pequeninos contra a liberdade sindical, fala de «prolongadas discussões que parecem agora condenadas ao fracasso»; de «conferências de imprensa e entrevistas, nas quais a ruptura tem transparecido»; de «um futuro Congresso de todos os sindicatos, cada vez mais improvável» e ainda de outras probabilidades de bom augúrio para quem tem do movimento sindical e da força da sua unidade uma ideia de certeza tão improvável como improvável seria que o movimento sindical unitário se deixasse ludibriar pelos senhores da CIP, da CAP e de todos os «jornais novos» desta terra, que sonham com a recuperação capitalista e com «sindicatos refreados», de preferência divididos por muitas centrais a curto prazo.

Convenhamos que há alguma precipitação no entusiasmo da direita. Dificuldades existem. Negá-las seria negar a luta dos trabalhadores pela unidade, luta que não é de hoje, nem foi descoberta pelo «Jornal Novo», nem por meia dúzia de provocadores encartados sempre à espera de lhes caber um osso no fim das lutas em que não participam. Mas os trabalhadores organizados sabem — disso não tenha dúvidas a direita — qual é o seu inimigo principal e contra ele unirão mais uma vez os esforços necessários.

A confederação geral dos sindicatos portugueses (central única) é um dos resultados mais proveitosos e fecundos da luta de muitos anos contra o fascismo. O uso das liberdades democráticas não lhe pode ser prejudicial. O perigo para a central única não vem de sindicatos, nem de trabalhadores sindicalizados. O perigo, o perigo verdadeiro, vem do aproveitamento que os seus inimigos de classe pretendem fazer do uso das liberdades por parte dos trabalhadores. Muitas das falsas polémicas, muitas das divisões (as mais graves) são obra permanente das forças que temem a unidade do movimento sindical, como temem a unidade do movimento operário e popular, como temem a unidade da esquerda.

A recuperação da direita, a recuperação capitalista, todas as forças contra as quais foi derrubado o fascismo gostariam de ter, em nome do «pluralismo», o privilégio fascista de dominar, agora não todos, mas pelo menos alguns sindicatos. Por isso, o sr. Vasco de Mello, na citada entrevista ao «Times», quando se mostra saudosos dos sindicatos fascistas não surpreende ninguém.

O PCP sempre preconizou e defendeu a independência do movimento sindical para que os trabalhadores possam, em todas as circunstâncias, debater democraticamente e sem ingerências de qualquer tipo, os problemas que interessam ao fortalecimento da unidade e da liberdade nos sindicatos. Esta posição foi reafirmada várias vezes e não é incompatível com a defesa legal da unidade quando a maioria dos trabalhadores assim o entende necessário. A firmeza e a permanência desta posição não podem ser negadas. Só a calúnia e a má fé se dão as mãos para fazer dela o seu contrário e para disso tirarem proveito denegando e difamando as lutas dos trabalhadores.

O movimento sindical, firme na defesa dos seus direitos, ultrapassará, como já ultrapassou no passado, problemas de ordem partidária e questões processuais, para se firmar no essencial que é a defesa da sua unidade de classe contra o divisionismo com que as forças da direita reaccionária o pretendem destruir por dentro.

O entusiasmo pelas «centrais a curto prazo» que a direita manifesta, a ânsia pelo fracçãoamento do movimento sindical em várias centrais partidárias, a criação de sindicatos paralelos, a infiltração de possíveis agentes do imperialismo são perigos reais que é necessário vencer urgentemente abandonando pequenas querelas, vencendo diferenças ideológicas, para que permaneça a vontade de vencer um inimigo poderoso e cheio de artimanhas, que joga na cisão do movimento sindical unitário, força decisiva da consolidação da democracia e do rumo certo para o socialismo.

Distribuição: CDL — CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA, AV. SANTOS DUMONT, 57, 4.º — LISBOA 1

**ACTUALIZE A SUA LEITURA NAS FÉRIAS**

e antes de partir visite as livrarias CDL onde receberá uma imensidade de sugestões.

as jovens e os jovens livreiros da CDL, vão ter muito gosto em conversar consigo e vão sugerir-lhe com objectividade quais os livros (em português ou noutra língua) que você, os seus familiares, os seus amigos devem ler, quer sejam pequeninos ou crescidinhos, quer sejam mais ou menos intelectualizados ou somente ansiosos por estudar este ou aquele assunto ou até só interessados em se distraírem lendo boa literatura.

E ainda mais:

**AS LIVRARIAS CDL OFERECEM LIVROS**

Em colaboração com a Mezhdunarodnaya Kniga de Moscovo, durante os primeiros dias de Julho as Livrarias CDL oferecem livros aos seus visitantes que apresentarem este anúncio. Aproveite esta oportunidade. Actualize a sua leitura nas férias e reciba grátis livros!

As livrarias CDL são de momento as seguintes:

BAIXA DA BANHEIRA — Livraria 1.ª de Maio  
Praça de Portugal — BAIXA DA BANHEIRA

COIMBRA — Livraria Interlivro de Coimbra  
Terrero da Erva, 6 — COIMBRA

ÉVORA — Livraria Popular Bento de Jesus  
Carraz  
R. Alcaçova de Baixo, 13 — EVORA

FARO — Livraria Popular do Faro  
R. 1.ª de Dezembro, 13 — FARO

LISBOA — Livraria Interlivro  
R. Pedro Nunes, 9-A — LISBOA-1  
Livraria Popular dos Olivais  
R. Cidade de Quelimane, 3-C — OLIVAIS SUL

MARINHA GRANDE — Livraria 18 de Janeiro  
R. Marques de Pombal, 51 — MARINHA GRANDE

PORTO — Livraria Avante  
R. de Aviz, 26 — PORTO

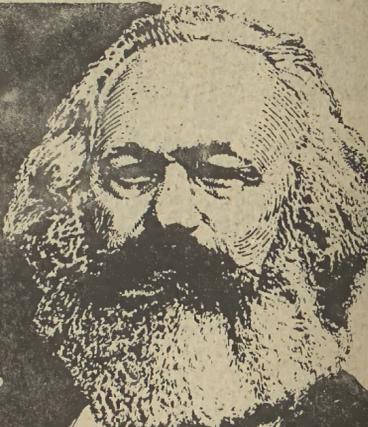
de novo à venda

# INTRODUÇÃO AO MARXISMO

Uma introdução científica do mundo...  
Luta de classes e envolvimento social • A sociedade capitalista • A fase imperialista do capitalismo • As lutas de classes e o Estado • A sociedade socialista • A concepção marxista da natureza • Um guia para a acção.

**Emile Burns**

Coloção: **CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO-LENINISMO**  
Distribuição **CDL** — Central Distribuidora Livreira — Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa-1



## TAREFA REVOLUCIONÁRIA! ASSINAR O Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

**REVISTA INTERNACIONAL**

PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO

(12 números)

CONTINENTE E ILHAS  
Via normal ..... 220\$00  
Via aérea ..... 240\$00

EUROPA  
Via normal ..... 230\$00  
Via aérea ..... 280\$00

# PERSEGUIÇÃO POLÍTICA E DISCRIMINAÇÃO IDEOLÓGICA

## Eis os critérios aplicados aos saneamentos no aparelho de Estado

Destacados representantes da opinião democrática, juntamente com numerosas organizações de trabalhadores, têm protestado, nos últimos dias, contra a vaga de saneamentos à esquerda no aparelho de Estado. A reintegração de fascistas notórios, altos funcionários e propagandistas do fascismo, vem, por sua vez, sendo motivo de veementes protestos por parte de amplos sectores da população.

A propósito da recente nomeação do sr. Vitorino de Sousa para um cargo superior na Radiodifusão do Porto, um grupo de intelectuais, entre eles Rui Luís Gomes, Oscar Lopes, José Morgado, Armando Castro, Raul Castro, N.º Teixeira Neves e Armando Cota, lembram numa mensagem enviada ao Presidente da República que a nomeação daquele fascista notório, ex-membro da ANP e um dos responsáveis pela «informação do SNI e do SEIT», ocorre numa altura em que continuam suspensos e ameaçados de desemprego numerosos trabalhadores

antifascistas da Rádio, da Televisão e de alguns jornais. O facto é apontado por aquele grupo de intelectuais democratas como contrário «aos objectivos de democratização da vida política nacional, claramente consignados na Constituição da República».

Alvo de protestos e de manifestações de solidariedade para com os atingidos têm sido também as medidas de saneamento recentemente tomadas pelo novo ministro da Educação e Investigação Científica, dr. Sottomayor Cardia. Protestos por uma política de intolerância e sectarismo que só prejudica os interesses da democracia e solidariedade para com os democratas e antifascistas abusivamente afastados dos seus cargos que desempenharam com competência indiscutível, aplicando na prática os seus ideais democráticos.

A Imprensa diária tem publicado tomadas de posição firmes e numerosas contra os saneamentos no MEIC. Rogério Fernandes, Salvado

Sampaio, Melo de Carvalho e outros altos funcionários daquele Ministério, ou dele dependentes, continuam a merecer das organizações de trabalhadores, de intelectuais e de personalidades políticas solidariedade e apreço pela sua actividade. Numa moção enviada ao Presidente da República, por exemplo, o Núcleo Desportivo e Cultural do F. C. Barreirense, depois de realçar os «conhecimentos e a perspectiva que o professor Melo de Carvalho e toda a sua equipa de trabalho imprimiram ao desporto em Portugal nestes dois anos de revolução», sublinha a isenção com que a Direcção-Geral dos Desportos trabalhou, levando o desporto às camadas mais desfavorecidas e, em especial, aos filhos dos trabalhadores».

### POSIÇÃO DO PCP

Não é esta, porém, a perspectiva de quem saneia obedecendo «unicamente a critérios da perseguição política e discriminação

ideológica contra os comunistas e outros democratas», como assinalava recentemente uma nota da SIP do PCP, chamando a atenção para o facto de com actuações desse tipo se corre o risco de «rapidamente abrir caminho para ressuscitar uma política de compadrios partidários, de utilização do aparelho de Estado por um único partido, destinada a forjar clientelas eleitorais baseadas em troca de favores e serviços, uma política que os portugueses julgavam ter terminado definitivamente com a revolução iniciada no 25 de Abril».

Olhando para o que sucedeu no MEIC, só se podem encarar como profunda demagogia «as afirmações de membros do Governo, designadamente do Primeiro-Ministro, quando da discussão do Programa do Governo na Assembleia da República, de que terminariam os saneamentos por motivos ideológicos no aparelho de Estado».

O PCP protesta contra esta «inquietante orientação

política» é, ao mesmo tempo, «não pode deixar de denunciar energeticamente» o facto de o Governo do PS não ter ainda manifestado «qualquer intenção de rever os saneamentos à esquerda operados pelo VI Governo, incluindo os da responsabilidade de ministros do PPD, verificados em numerosos departamentos do Estado, organismos de direcção económica e empresas nacionalizadas».

Por este caminho, o Governo PS «só pode visar a preparação de condições óptimas para a realização de uma política orientada para a direita», pois se, como diz, «tencionasse promover uma política de esquerda adequada às aspirações populares, então certamente não recusaria a colaboração e o contributo dedicado e positivo que os comunistas e outros progressistas assegurariam a uma tal política, no exercício das suas funções no aparelho de Estado».

O PCP chama, por último, a atenção de todo o movimento de opinião democrática «para o facto de o Governo minoritário do PS, por um lado, apelar para um vasto empenhamento colectivo na resolução dos problemas nacionais e, por outro, estar a agir deliberadamente no sentido de impedir a participação de outros sectores políticos democráticos ao nível do aparelho de Estado e, saneando-o à esquerda, estar a reforçar as fortes posições que as forças reaccionárias nele conseguiram conservar».

# A DIREITA INVENTA À PRESSA O «TERRORISMO DE ESQUERDA»

A direita reaccionária teme o desmantelamento completo da rede terrorista. Conhecendo por dentro o seu papel no caso, procura rapidamente uma saída. Para já, nada de melhor lhe ocorre que «o terrorismo de esquerda»!

A verosimilhança da manobra pouco lhe interessa. O que lhe interessa é pôr os seus jornais a repetir todos os dias a mesma lenga-lenga, que seria ridícula, se não fosse perigosa.

O facto de conhecidos militantes do CDS, provavelmente ligados à segurança pessoal de dirigentes do partido, aparecerem envolvidos na rede terrorista e se encontrarem detidos parece contar muito para quem teme sobretudo as repercussões, os efeitos que terão prováveis declarações dos terroristas presos.

O que virá merece atenção e vigilância cuidadosa. A campanha apenas começou. A direita reaccionária e os seus apêndices preparam-se para largar os cães da calúnia contra o PCP e contra todas as forças democráticas.

O rosto do terrorismo já era conhecido antes de começar o desmantelamento da rede terrorista. Elementos muito concretos foram fornecidos às autoridades em tempo oportuno e vieram a público oportunamente. Exemplos há vários. A Imprensa democrática está cheia deles. Desde o Verão do ano passado, quando começou a onda de violência contra os centros de trabalho do PCP, que vinham a ser conhecidos nomes, matrículas de automóveis e outros dados que hoje se provou serem verdadeiros e dignos de merecer a atenção oportuna das autoridades. Confirmados, esses elementos causam preocupações à direita que se julgava impune a coberto do anticomunismo, a coberto das vítimas (algumas mortais) que fez entre os comunistas e outros democratas.

Na sua febre de afastar para longe envoltórios perigosos para a imagem de «paz social» que quer promover, a direita reaccionária vai certamente continuar a sua campanha dos «dois terrorismos». Convir-lhe-ia muito não ficar pelo menos sozinha perante crimes gravíssimos como foram os atentados contra a embaixada de Cuba, contra a Casa de Angola, contra o Centro de Trabalho do PCP, na Avenida da Liberdade. A lista é extensa e cobre muitos meses. Não vamos referi-la por inteiro. Mas pouco esforço de memória é necessário para recordar que todos os actos de terrorismo verdadeiramente dignos de ser assinalados foram cometidos contra pessoas, organizações ou símbolos de esquerda.

O resto resume-se a mais uma condenável campanha para intoxicar a opinião pública, para a levar a confundir o explorador com o explorado, o opressor com o oprimido, a vítima com o carrasco. O PCP e todas as forças democráticas têm experiência de como ainda hoje essa intoxicação dá lucros a todas as forças antidemocráticas. Por essa razão é perigosa a campanha da direita, que se anuncia com a invenção dos «dois terrorismos».

Perante isso, é tarefa de todos os comunistas, de todos os democratas, denunciar os boatos, que já surgiram e voltarão a surgir, de modo a fazer crer que existe «um terrorismo de esquerda».

O único terrorismo que existe e fez vítimas é o terrorismo da direita. É a violência reaccionária ao serviço da recuperação capitalista, contra as conquistas revolucionárias dos trabalhadores e contra a consolidação e reforço do processo democrático a caminho do socialismo.

# JOSÉ DA COSTA LIMA FOI MORTO HÁ UM ANO

Fez um ano no passado dia 20 que tombou em Ponte de Lima o operário polidor de metais José da Costa Lima, em defesa do Centro de Trabalho do seu Partido, o Partido Comunista Português, então cercado por forças reaccionárias. Como homenagem a este camarada digno representante da classe operária e da sua vanguarda organizada, um grupo de democratas de Ponte de Lima associou-se a uma romagem à sua campa no passado dia 22.

José da Costa Lima foi uma das vítimas da onda de destruição e pânico desencadeada pela reacção com o objectivo de desmembrar a organização do nosso Partido e de restabelecer, em algumas zonas, o clima de repressão fascista. Estamos recordados da violência desse período marcado pela «caça ao comunista», por incêndios e destruições dos nossos

Centros de Trabalho, nomeadamente em Ponte de Lima, Braga, Famalicão, Santo Tirso, Valença e outras localidades.

José da Costa Lima morreu varado por balas na defesa do seu Partido, na defesa das liberdades. A memória deste combatente operário permanecerá viva não só entre os militantes do PCP mas também entre todos os democratas empenhados na construção de um país livre, todos os trabalhadores dispostos a vencer a exploração.

Perante os muitos antifascistas presentes na homenagem a José da Costa Lima, o camarada Avelino Gonçalves, da DORN, proferiu palavras comovidas recordando o camarada e exortando à luta firme contra a recuperação capitalista, pela construção do socialismo.

## UM ATENTADO DE NOVO TIPO

Vítimas certas e escolhidas dos atentados às liberdades fundamentais, durante os 50 anos em que elas foram sufocadas, os comunistas mantêm ainda, nesse campo, a capacidade da surpresa. De facto, assim teria de suceder quando se depara com um atentado à liberdade religiosa dos cidadãos da natureza do que cometeu recentemente o pároco da freguesia de Lever, em Vila Nova de Gaia.

Não nos custa admitir que esse sacerdote repudie a acusação de atentar contra a liberdade religiosa consignada na Constituição. Admitimos até que o reverendo pároco oponha a essa liberdade liberdades místicas que talvez considere acima das obras dos homens, necessariamente falíveis, como é o caso da Lei Fundamental que nos rege.

O que não podemos admitir, e isso conta fortemente na nossa surpresa, é que, para «justificar» a recusa de baptizar a filha de um comunista, aquele sacerdote tenha usado, entre outras razões absurdas, a incompreensível razão de o senhor padre ser adepto de «uma Igreja de verdade, não triunfalista»!

Podemos ser adeptos disto e daquilo, mas que terá a ver com a verdade e o triunfalismo a recusa a cumprir um ditame da Igreja, ignorando ao mesmo tempo um direito fundamental dos cidadãos?

# A REACÇÃO NÃO DESISTE DE APOSTAR NO ANTICOMUNISMO E NA CALÚNIA

## Desmascarada em Pinhel mais uma manobra reaccionária

«Fomentar o anticomunismo habitual, escondendo o carácter criminoso dos fascistas que por aí andam e têm as suas fileiras engrassadas com os pides libertados» é um dos objectivos imediatos das forças reaccionárias e dos jornais difusores de calúnias ao seu serviço, quando tentam imputar ao dr. Mário Canotilho implicações falsas em casos de fogo posto, a partir de declarações já desmentidas em tribunal pelo seu próprio autor, Artur Afonso Ferreira, de 17 anos, preso em Cereje, concelho de Pinhel sob a acusação de incendiário.

Apontados pela DORB do PCP, num comunicado, esses objectivos têm ainda em vista desviar do desmantelamento do terrorismo as atenções da opinião e das autoridades, lançando, ao mesmo tempo,

entre as populações rurais campanhas de calúnias contra democratas de prestígio, nas vésperas das eleições para as autarquias locais.

A calúnia está em vias de ser completamente descoberta. As afirmações atribuídas ao incendiário, detido em flagrante delito e que constavam do auto elaborado pela GNR de Pinhel, são provavelmente falsas, segundo declarou em tribunal o próprio acusado, que nem foi capaz de descrever fisicamente o dr. Mário Canotilho que, por sua vez, não o conhece.

Mas, entretanto, a calúnia circula. Jornais como o «Comércio do Porto» e «Jornal Novo» lá estavam na primeira linha da tarefa suja de espalhar calúnias anticomunistas sempre que uma voz, por pouco crédito que mereça, balbucie incoerências, patranhas

ou boatos. Juntamente com o «Jornal de Notícias» e a Radiodifusão Portuguesa, que também se fizeram eco da calúnia, esses jornais vão ser processados pelo PCP.

Os fogos de origem criminosos que assolam o país têm sido combatidos com a participação activa dos comunistas solidários com as populações atingidas e, em muitos casos, prontos a desmascarar os criminosos e a entregá-los às autoridades. Colhendo a experiência do ano passado, várias organizações do Partido chamam a atenção para as destruições das florestas, reclamam medidas, pedem a prisão e julgamento dos incendiários e de outros criminosos que os instigam e lhes pagam. Ainda em 30 de

Julho a Comissão Distrital da Guarda do PCP actuava nesse sentido junto das autoridades.

Têm sido também tarefa dos militantes do nosso Partido prestar ajuda nas zonas atingidas e procurar unir as populações na vigilância e no combate aos incêndios.

Mas as provocações e as calúnias são inevitáveis, porque as forças reaccionárias, juntas para denegrir o processo democrático e fomentar contra ele o descontentamento, se aproveitam da herança do anticomunismo fascista para com ele tentarem afastar de si próprias acusações muito concretas e desviarem, ao mesmo tempo, as massas trabalhadoras do caminho que traçaram para a revolução.

# Escritores Comunistas escrevem para o Povo

# ESCRITA COMBATE

# TEXTOS DE ESCRITORES COMUNISTAS

- A. Vicente Campinas • Alexandre Babo • Alexandre Cabral • Álvaro Magalhães • António Borges Coelho • António Norton • António Pinho • Armando Castro • Armando Silva Carvalho • Armindo Rodrigues • Arnaldo Pereira • Baptista-Bastos • Carlos Coutinho • Carlos Porto • Casimiro de Brito • César Principe • E. M. de Melo e Castro • Egito Gonçalves • Faure da Rosa • Fernando Guerreiro • Fernando Luso Soares • Franco de Sousa • José Alberto Marques • José Emílio-Nelson • José Saramago • Júlio Graça • Manuel Ferreira • Manuel da Fonseca • Manuel Gusmão • Manuel Sérgio • Maria Alzira Seixo • Maria da Graça Varella Cid • Maria Lamas • Maria Velho da Costa • Miguel Serrano • Modesto Navarro • Nelson de Matos • Orianda Amarilis • Orlando da Costa • Oscar Lopes • Papiniano Carlos • Pedro Alvim • Ricarte Dácio • Urbano Tavares Rodrigues • Viale Moutinho • Virgílio Martinho

edições Avante!

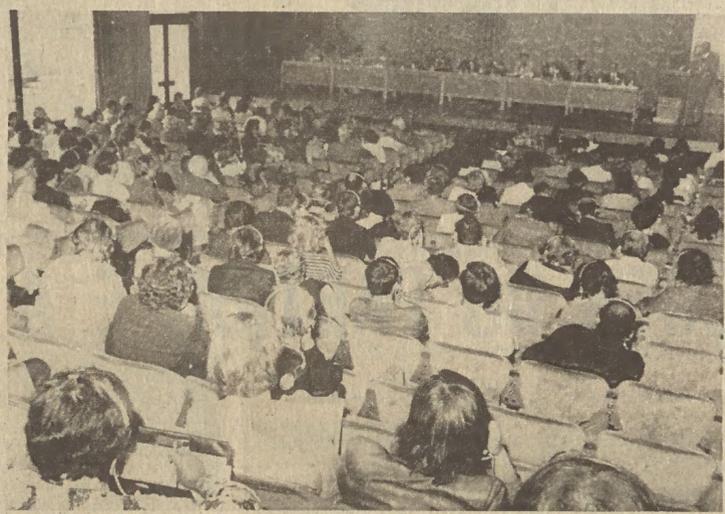
## NOVA ETAPA DO DESENVOLVIMENTO DA RDA



Um texto de WERNER LAMBERZ membro do bureau político e secretário do CC do Partido Socialista Unificado da Alemanha n.º 7 da REVISTA INTERNACIONAL de 1976

NA FESTA DO «Avante!»

FESTIVAL DE TEATRO E FESTIVAL DE CINEMA



## O CONGRESSO HEGEL EM LISBOA

Com a presença de trezenta representantes de trinta países foi inaugurado, na segunda-feira passada, no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian, o XI Congresso da Associação Internacional Hegel, que se realiza de dois em dois anos. O discurso de abertura foi proferido por Wilhelm Raimund Beyer, membro da direcção da

Associação Internacional Hegel.

O Congresso desenrolar-se-á até amanhã, com duas sessões diárias, uma de manhã e outra de tarde. Entretanto, na terça-feira, à noite, realizou-se na Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa um encontro de juventude que contou com a presença de jovens trabalhadores e intelectuais nacionais e estrangeiros.

A realização da actual sessão do Congresso no nosso País resulta de uma decisão tomada em assembleia geral do Congresso anterior, realizada em Moscovo, há dois anos, e constitui um importante acontecimento cultural. Encontram-se neste momento no nosso País destacadas figuras do pensamento

filosófico contemporâneo, incluindo conhecidos representantes do marxismo-leninismo.

Várias delegações de países socialistas deslocaram-se a Lisboa, nomeadamente a da União Soviética, composta pelos académicos Ch. Mondjan, S. Odujev e J. Narsky, da Academia das Ciências Sociais daquele país. Entretanto, esta delegação e a da Checoslováquia visitaram ontem o Centro de Trabalho do PCP na Avenida António Serpa.

Os organizadores portugueses deste Congresso consideram a sua realização no nosso País como um importante passo para acabar com o isolamento cultural em que, apesar do termo do isolamento político, a generalidade dos intelectuais portugueses continua a viver.

# A INFLAÇÃO E A CLASSE OPERÁRIA



Um texto de S. NIKITINE e S. PRONINE Economistas Soviéticos na REVISTA INTERNACIONAL n.º 7 de 1976 Pedidos a CDL Central Distribuidora Livraria - Av. Santos Dumont, 57-C-Lisboa - Av.

# VAMOS ERGUER A FESTA DO «AVANTE!»

## Brigadas voluntárias de trabalho de militantes e simpatizantes do nosso Partido estão na FIL erguendo a Festa do «Avante!»

A Festa do «Avante!» constrói-se ao ritmo do trabalho voluntário e do entusiasmo criador de brigadas de camaradas de diversas zonas e sectores. A FIL ganha uma nova vida animada por uma sinfonia de martelos e ferramentas através da qual se vão erguendo os cenários da primeira grande Festa do «Avante!», manifestação de força e capacidade de iniciativa do nosso Partido à qual são chamados não só os comunistas mas também os homens e mulheres que, com decisão, encetam o desbravar de um país novo.

A maior concorrência de camaradas dispostos a dar o seu esforço e força de trabalho para que a Festa do «Avante!» seja um impressionante testemunho da organização e mobilização do nosso Partido, fez-se sentir particularmente no último fim-de-semana. O fluxo de brigadas de trabalho voluntário de camaradas

iniciou-se pela manhã de sábado, bem cedo.

A chuva que caía intensamente não desmobilizou os camaradas, muitos vindos da margem sul e dos arredores de Lisboa.

«Vimos porque somos comunistas e porque somos trabalhadores — diria ao «Avante!» um camarada da freguesia de Palhais — Sentimos esta tarefa muito a fundo. A nossa freguesia é pequena mas representa uma força do Partido e está metida na preparação da Festa do «Avante!» com todo o entusiasmo. Vimos trabalhar para a FIL é um aspecto da nossa contribuição que vai desde a venda da EP à feitura de outros trabalhos. Por exemplo as mulheres na nossa freguesia estão empenhadas em bordar tapetes, toalhas, forrar garrafas e outras coisas que vão permitir fundos e representar dignamente a

nossa zona. Amanhã virão outros camaradas das células das fábricas e temos tudo preparado para que os comunistas da freguesia de Palhais estejam sempre presentes no trabalho de preparação da festa do nosso «Avante!».

### COMUNISTAS DA MARGEM SUL OS PRIMEIROS NO TRABALHO VOLUNTÁRIO

Depois de algumas voltas à FIL em contacto com os camaradas — conversas gritadas porque o trabalho não amainava e por toda a parte se revelava em sons metálicos e novos stands ganhando forma — uma conclusão se evidenciava: no sábado, os camaradas da margem sul foram os primeiros a responder ao apelo do «Avante!» acorrendo à FIL. Não só de Palhais que já

referimos e se fazia representar por dez camaradas, mas também do Seixal, de Almada, do Barreiro e do Lavradio (neste caso uma grande brigada voluntária de 27 elementos com significativa presença de mulheres e jovens) afluíram militantes e simpatizantes do nosso Partido à FIL unidos num imenso esforço colectivo. No que respeita a profissões, mais uma vez se revelou a característica do PCP como um grande partido de trabalhadores, sua vanguarda organizada e sua certeza da vitória final. Metalúrgicos, pedreiros e outros operários da construção civil, químicos, empregados de escritório, bancários, intelectuais, reformados e domésticas compunham um exército de trabalho em cujas fileiras se baseia o fundamental do êxito da festa do nosso «Avante!».

«Basta olhar para nós para ver o entusiasmo com que estamos a trabalhar. Já

estão organizadas equipas para toda a semana. E já agora queremos salientar a participação das nossas camaradas. Somos a brigada com mais mulheres e no Lavradio as mulheres preparam tudo para que o seu trabalho esteja bem representado na nossa festa».

Uma jovem do Lavradio diria também das razões da sua presença e da sua opção entre o divertimento e o trabalho.

«É importante que todas as pessoas vejam o esforço dos comunistas e como todos, homens, mulheres e jovens participam nesse esforço».

No sector de construção de stands, onde se trabalhava rijamente, uma brigada de camaradas de várias empresas do Seixal, particularmente da Siderurgia e da Lisnave falar-nos-ia de diversos projectos de preparação da Festa do «Avante!».

«Na Siderurgia temos uma comissão de camaradas só encarregada do trabalho de participação na Festa do «Avante!», a venda da EP, a preparação de iniciativas de exposição de trabalhos e de slides e outras que a seu tempo serão divulgadas. Uma das nossas preocupações foi também a de assegurar a permanência destas brigadas na FIL».

### CAMARADAS «PASSAM» FÉRIAS NA FIL

Encontrámos também diversos camaradas «passando» férias na FIL: as horas de merecido ócio depois de um ano de intensa labuta são oferecidas por muitos militantes e simpatizantes ao Partido, participando no gigantesco trabalho de preparação da Festa do «Avante!».

«Isto para nós não é sacrifício nenhum. Mas que

comunistas seríamos nós se aproveitássemos todas as férias para andar na «boa val ela» precisando o Partido do nosso esforço? E depois este trabalho é feito com tanta satisfação, ao lado de outros camaradas e sabendo nós o fim em vista, que o cansaço até sabe bem. O que nos satisfaz é o próprio esforço que damos para o Partido. A nossa

data histórica. Muitos camaradas da construção civil e de outros sectores querem ajudar a fazer uma grande Festa não só para nós comunistas mas para todo o povo trabalhador.

Entretanto noutra banda, um camarada dizia para outro: «Mas qual chuva? Era o que faltava se estes pingos nos detinham. Vamos mas é erguer a Festa do «Avante!».

## CONTINUEMOS A TRABALHAR NA FIL!

Falta precisamente um mês para a festa do «Avante!». A medida que o tempo avança as tarefas que urge fazer na FIL multiplicam-se. Ele é necessário construir um «stand», pegar nas tábuas, levantar um painel.

Por isso repetimos hoje o apelo do último número e que contou com a adesão de muitas dezenas de camaradas: **vem participar activamente na preparação da Festa do «Avante!».** A tua presença militante é necessária.

A qualquer hora, camarada, podes dirigir-te às instalações da FIL onde numerosas tarefas precisam de ser concretizadas para que a primeira Festa do «Avante!», que se pretende anual, seja uma grandiosa jornada de unidade democrática do povo português, numa poderosa manifestação artística e cultural, não só dos comunistas mas de todos os que querem construir em Portugal uma sociedade democrática rumo ao socialismo.

Todo o trabalho é necessário. Basta aparecer e combinar com os camaradas responsáveis presentes na FIL a colaboração que podes prestar.

Se quiseres podes organizar brigadas com os teus camaradas do local de trabalho ou da região onde habitas para nos tempos livres darem a vossa contribuição.

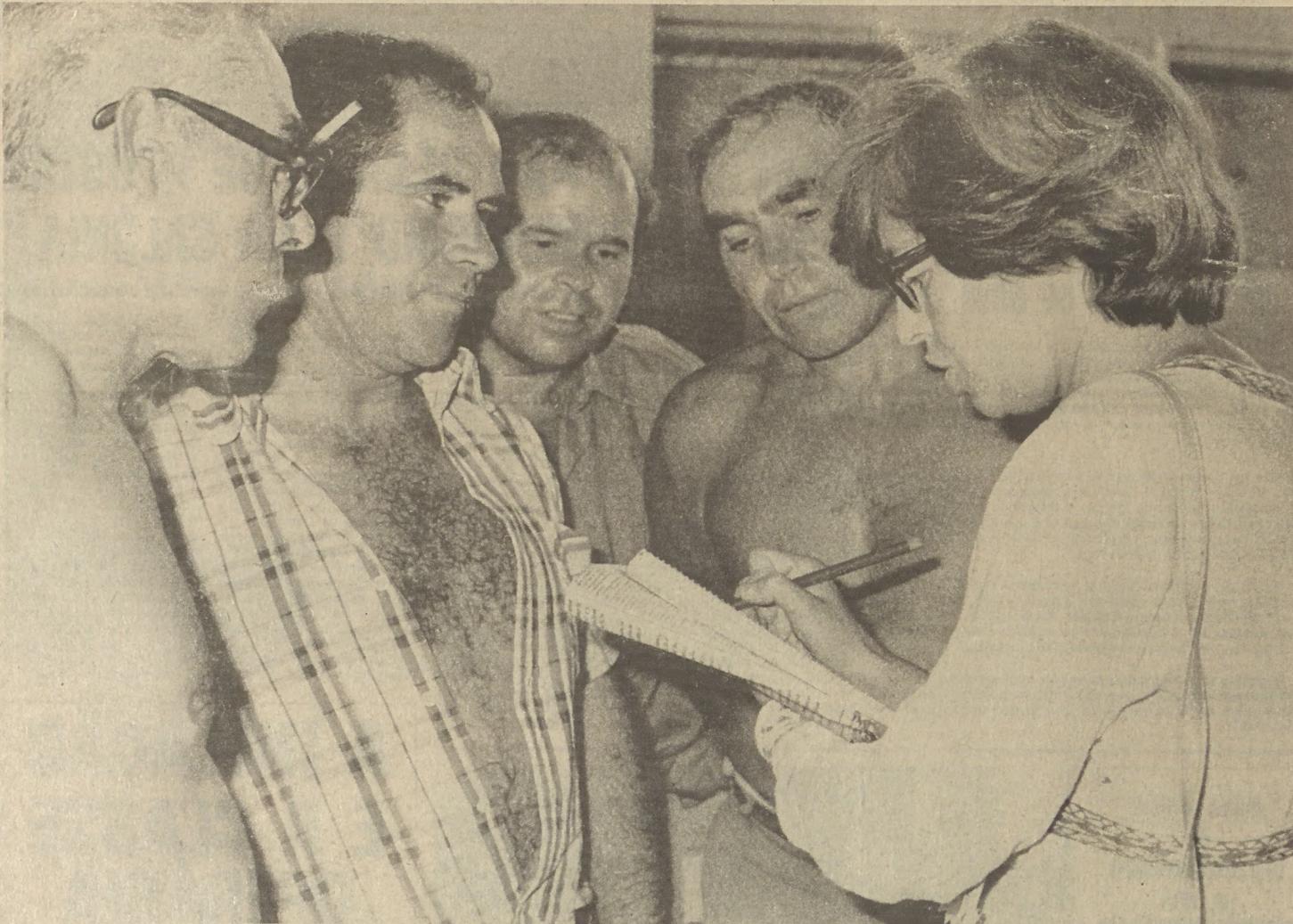
Vamos continuar a trabalhar na FIL!

recompensa virá nos dias 24, 25 e 26 de Setembro quando estes pavilhões estiverem cheios de comunistas e outros democratas, quando povo de todo o país e estrangeiros vierem cá apreciar a nossa capacidade de trabalho, a nossa imaginação, a nossa arte».

Um camarada pedreiro interrompendo a tarefa de pregar umas vigas, dir-nos-ia:

«A organização convidou-nos para vir e eu fiquei muito honrado por precisarem do meu trabalho. É o primeiro ano que se faz a Festa do «Avante!» é uma

A última imagem do sábado de trabalho na FIL para o «Avante!» foi dada por dois camaradas sentados na pedra, aproveitando uma restea tímida de sol e tirando o almoço das mochilas. É que o trabalho continua pela tarde e pela noite. O trabalho continua até aos dias da Festa e são muitos os que não querem desperdiçar um momento para com a força das suas mãos e o calor do seu entusiasmo militante construir a primeira grande Festa do «Avante!», manifestação de organização, de mobilização e de energia criadora do nosso Partido.



«Vimos porque somos comunistas e somos trabalhadores!».

# AS ORGANIZAÇÕES DO PARTIDO E A FESTA DO «AVANTE!»

## • SINES

Camaradas, amigos: Pela primeira vez, todos os portugueses e portuguesas que saudaram com alegria e entusiasmo a queda do fascismo em 25 de Abril de 1974, terão oportunidade de assistir à GRANDE FESTA DO AVANTE, Órgão Central do PCP.

Não teríamos espaço nesta folha para expor-vos todo o programa desta Festa que se realiza nos dias 24, 25 e 26 de Setembro na Feira Internacional de Lisboa (FIL). No entanto citaremos algumas partes do PROGRAMA:

— Todas as organizações do PCP estarão presentes na Festa onde participarão com exposições, vendas de produtos regionais, etc.

— Estará presente um grande Stand da REFORMA AGRÁRIA onde todos os visitantes poderão comprar produtos vindos directamente das COOPERATIVAS.

— Na Festa estarão pavilhões dos países socialistas, de Partidos irmãos, dos novos países africanos. Nesses pavilhões haverá exposições e bancas onde poderão ser comprados produtos e recordações de todo o mundo.

— Haverá artistas internacionais de canção, música de jazz, danças e corais, orquestras de todo o mundo.

Festivais da canção política, teatro, cinema e funcionará um circo.

### PRESENÇA DE SINES

Aos camaradas e amigos de Sines convidamo-los desde já a visitarem os pavilhões a cargo da concelhia do PCP da nossa vila.

Num dos pavilhões haverá exposições fotográficas sobre a vida do concelho de Sines, venda de produtos regionais, etc.

Noutro haverá caldeirada e sardinhada. Neste pavilhão actuará o GRUPO CORAL DOS MINEIROS DO CERCAL.

## COMO IREMOS DE SINES PARA LISBOA?

De excursão. Estão já abertas no CT do PCP inscrições para as excursões. Assim: Quem quiser abalar sábado às 7 horas e regressar no domingo às 20 horas pode inscrever-se ao preço de 200\$00.

Quem quiser ir no domingo às 7 horas e regressar às 20 horas também se pode inscrever. Preço: 150\$00.

PORTANTO, CAMARADA E AMIGO, INSCREVE-TE JÁ PARA PODERES ASSISTIR À GRANDE FESTA DO AVANTE NOS DIAS 24, 25 E 26 DE SETEMBRO.

A Comissão Concelhia de Sines do PCP

## • SANTARÉM

CAMARADAS! A Festa do «Avante!» deve ser considerada por todas as organizações como uma das tarefas primordiais no presente momento!

### QUE VAI SER A FESTA DO «AVANTE!»?

Primeiro que tudo os participantes! Estarão presentes os órgãos de imprensa dos Partidos Comunistas dos países socialistas, de países capitalistas e todas as DORS e respectivas distritais e organismos.

A Festa do Avante terá os seguintes objectivos:

- Mostrar o que é o PCP antes e depois do 25 de Abril;
- A sua acção, a sua vida quotidiana;
- As propostas que os comunistas colocam para tentar

resolver problemas a nível nacional e local;

— A amizade e fraternidade com os partidos irmãos. Para além destes objectivos políticos, há também os objectivos culturais, sociais e económicos. Interessa que cada «stand» representante de cada região, possa dar a conhecer aos seus visitantes nacionais e estrangeiros, as suas características fundamentais:

- produtos agrícolas (vinho, fruta, etc.);
- louças e doces regionais;
- comidas típicas;
- indústria local;
- problemas sociais e outros.

Nos objectivos culturais, estão integrados:

- folclore nacional e estrangeiro;
- grupos corais de países socialistas;
- conjuntos chilenos;
- cantores espanhóis, italianos, franceses e portugueses;
- teatro;
- música ligeira e de câmara;
- grupos de jazz;
- etc. que nos dão a possibilidade de conhecer os aspectos artísticos e culturais de regiões do nosso País e de países estrangeiros.

Mas temos que acentuar que, para se fazer uma festa desta grandeza é necessário muito dinheiro! É necessário algum esforço da parte de cada organismo, de cada um de nós!

### COMO TRABALHAR ENTÃO, PARA QUE POSSAMOS AJUDAR?

1.º A venda da Entrada Permanente — EP —. Cada militante, cada célula, cada organismo do Partido, deve fazer o seu esforço máximo para vender o maior número possível de EPs.

(Vamos organizar a «olimpíada» da EP! Os organismos

que mais se destacarem em iniciativas e vendas da EP, serão classificados em 1.º, 2.º e 3.º lugares a que corresponde a medalha de ouro, prata e bronze, aos quais serão atribuídos brindes!).

2.º Cada organismo que tem «stand» na Festa, deve assegurar a sua participação:

- que nesta primeira fase, crie iniciativas (festas, bailes, canto-livre ou comícios de esclarecimento da Festa do Avante), angariando assim dinheiro para o pagamento do próprio «stand»;
- trabalhando, para colocarem no respectivo «stand» aquilo que de mais característico existe na região (nas reuniões havidas, já se assentou o que cada um vai vender — AGORA É PASSAR À ACCÃO!).

3.º A propaganda da Festa!

É necessário que dentro de cada Centro de Trabalho se coloque, em local bem visível e numa folha de papel de cenário (tirando as ideias do «Avante!») o que é a Festa; e que o próprio Centro tem EPs para vender (explicando que a EP permite que cada um que a compre, pode entrar e participar em todas as realizações e nos três dias em que a Festa dura — 24, 25 e 26 de Setembro e só por 100\$00!).

Devem ser postos na rua principal de cada localidade, panos pintados a anunciar a Festa do «Avante!», indicando também que nos Centros de Trabalho do Partido se vendem as EPs.

Fazerem-se vendas de EP junto dos mercados, nos ranchos, nas fábricas, nos escritórios, em todos os locais de trabalho. Devemos levar à Festa aqueles que não são comunistas, os que não estão inscritos no Partido, as nossas famílias e as dos nossos amigos; é também para esses que a Festa deve ser conhecida! Para ficarem com a ideia do que somos nós.

Santarém, 6.8.76

COMISSÃO DISTRITAL DE SANTARÉM DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



«Vimos trabalhar para a FIL é um aspecto da nossa contribuição que vai desde a venda da EP à feitura de outros trabalhos»



«E depois, este trabalho é feito com tanta satisfação, ao lado de outros camaradas e sabendo nós o fim em vista, que o cansaço até sabe bem!»



«É importante que todas as pessoas vejam o esforço dos comunistas e como todos, homens, mulheres, jovens participam nesse esforço»

# HÁ FESTA NA FIL!

Sábado, 4 de Setembro, às 21 e 30

- Carlos Paredes
- Luísa Basto
- Fernando Tordo
- Paulo de Carvalho
- Carlos do Carmo
- Ary dos Santos
- ... e mais que anunciamos para a semana!

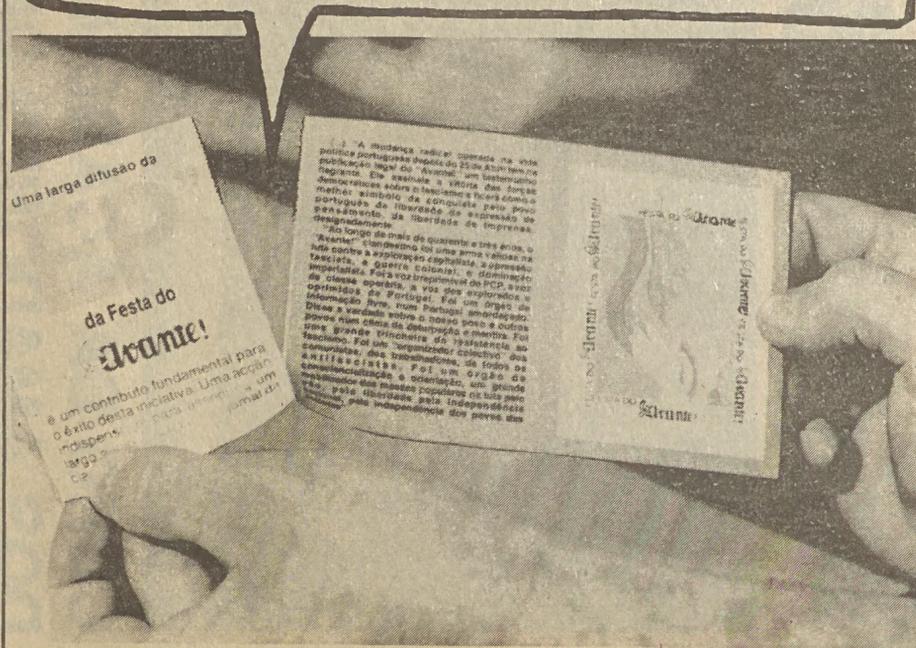


## 2.º SORTEIO DA EP

São estes os trinta brindes que vão ser sorteados no próximo dia 4. Para que eles te possam caber (bem como os do último sorteio que se realizará mais tarde) basta que até àquele dia adquiras a tua EP!

- |            |   |  |
|------------|---|--|
| 1.º Brinde | — | Uma tenda de campismo para 4 pessoas com 2 camas e 2 sacos de dormir                                     |
| 2.º        | » | Uma motorizada   |
| 3.º        | » | Uma máquina de lavar roupa   |
| 4.º        | » | Um rádio-gravador de cassettes   |
| 5.º        | » | Uma máquina de café  |
| 6.º        | » | Uma trituradora eléctrica  |
| 7.º        | » | Um cabaz da Reforma Agrária (azeite, compotas variadas, vinho, aguardente, enchidos, grão, queijo, etc.) |
| 8.º        | » | Um cabaz da Reforma Agrária  |
| 9.º        | » | Um cabaz da Reforma Agrária  |
| 10.º       | » | Um comboio eléctrico   |
| 11.º       | » | Um par de patins   |
| 12.º       | » | Um jogo de construções   |
| 13.º       | » | Uma minidiscoteca  |
| 14.º       | » | Uma minidiscoteca  |
| 15.º       | » | Uma minidiscoteca  |
| 16.º       | » | Obras Escolhidas de Lênine   |
| 17.º       | » | Obras Escolhidas de Marx e Engels  |
| 18.º       | » | Uma medalha de bronze PCP  |
| 19.º       | » | Uma medalha de bronze PCP  |
| 20.º       | » | Biblioteca "Avante!" (livros no valor de 2000\$00)   |
| 21.º       | » | Biblioteca "Avante!" (livros no valor de 1000\$00)   |
| 22.º       | » | Biblioteca "Avante!" (livros no valor de 500\$00)  |
| 23.º       | » | Uma assinatura da "Revista Internacional"  |
| 24.º       | » | Uma assinatura da "Revista Internacional"  |
| 25.º       | » | Uma assinatura da "Revista de Economia"  |
| 26.º       | » | Uma assinatura da "Revista de Economia"  |
| 27.º       | » | Uma assinatura do "Avante!"  |
| 28.º       | » | Uma assinatura do "Avante!"  |
| 29.º       | » | Uma assinatura do "Avante!"  |
| 30.º       | » | Uma assinatura do "Avante!"  |

Quando da venda, a parte destacável marcada "EP" deve ser cortada pelo picotado e devolvida à Organização.

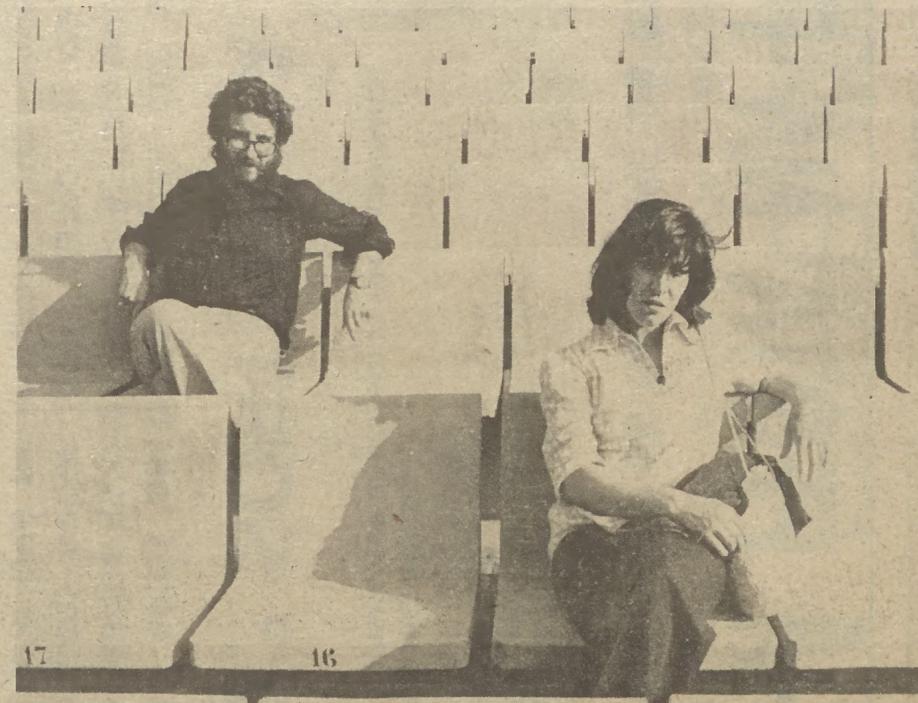


# OS ARTISTAS DA FESTA DO «AVANTE!»



**CORO DA ACADEMIA**

**DOS AMADORES DE MÚSICA • CARLOS PAREDES • BARATA MOURA • LUÍSA BASTO**

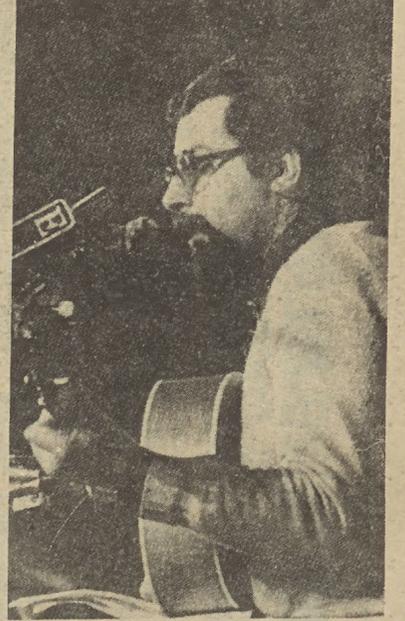
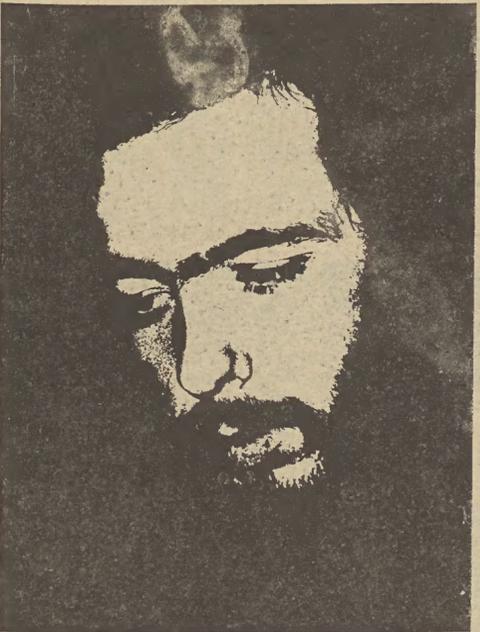
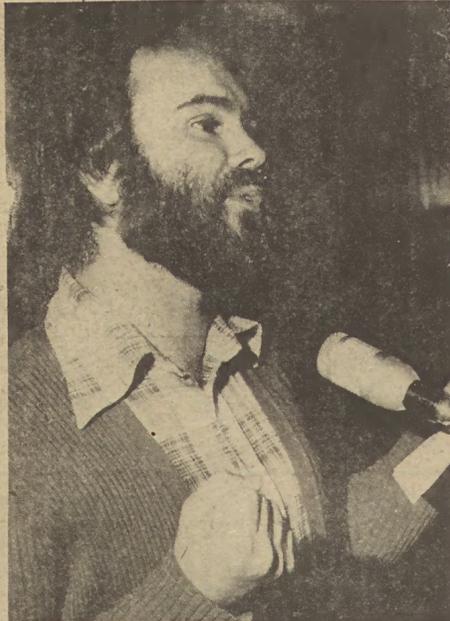


**«INTRÓITO» • ADRIANO C. OLIVEIRA • LUÍS CÍLIA • ARY DOS SANTOS • «OUTUBRO»**



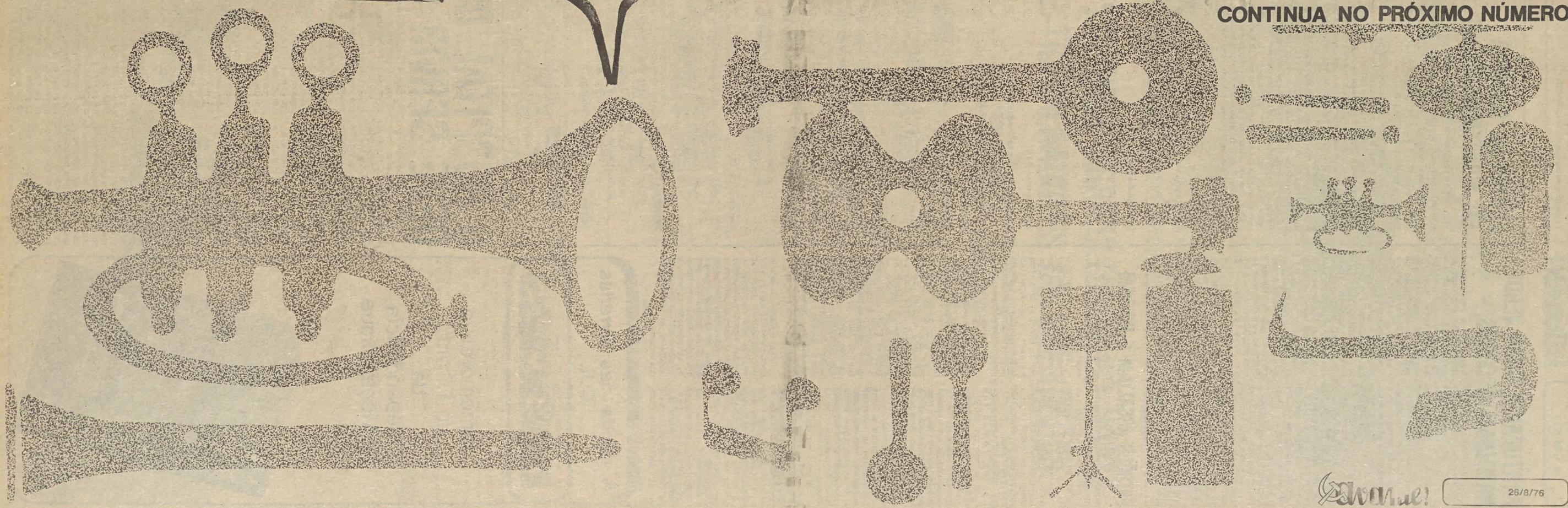
FESTA DO AVANTE!  
FESTA DO AVANTE!  
24-25-26 SETEMBRO-76  
me! Freire!

**PAULO DE CARVALHO • J. J. LETRIA • F. TORDO • C. MENDES • CARLOS DO CARMO**



**J. PESSOA • FERNANDO FARINHA • SAMUEL • MARIA A. PROENÇA • M. FREIRE**

CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO



## PORTUGAL E CABO VERDE RATIFICAM ACORDOS

Foi ratificado o acordo geral de cooperação e amizade e o acordo de cooperação científica e técnica entre Portugal e a República de Cabo Verde numa cerimónia em que estiveram presentes o ministro dos Negócios Estrangeiros português e o embaixador daquele país em Lisboa, Corsino Fortes.

O Estado Português, relativamente ao acordo de cooperação científica e técnica, assinado na Cidade da Praia em 5 de Julho do ano passado, compromete-se «na medida das suas possibilidades e quando solicitado pelo Estado de Cabo Verde» a pôr à disposição daquela República cooperantes de nacionalidade portuguesa que prestarão o seu concurso nos domínios científico e técnico; enviar docentes e investigadores para as escolas de Cabo Verde; organizar missões de estudo e de investigação destinadas a realizar determinados trabalhos por conta do Estado de Cabo Verde e segundo as suas directivas; fornecer

assistência destinada à execução de programas de investigação, fundamental e aplicada, quer através de especialistas, quer de organismos especializados; facultar a colaboração de serviços públicos, centros de estudo e entidades especializadas em matéria de desenvolvimento científico, técnico, económico e social; pôr à disposição de Cabo Verde, equipamentos, instrumentos e materiais que sirvam à prossecução de programas de cooperação acordados entre as duas partes.

No final da cerimónia o embaixador Corsino Fortes salientou que «a ratificação destes acordos demonstra as boas relações existentes entre os dois países». E acrescentou: «Estou ciente que este primeiro acto será prenúncio do bom trabalho que a República de Cabo Verde e a República Portuguesa irão ter no futuro, porque nós estamos a caminhar para o futuro.»

## PATRÕES ASSALTAM E ROUBAM

Que os patrões exploradores sentem as costas quentes comprovam-no os acontecimentos que nas últimas semanas têm ocorrido neste País. E o que recentemente se passou, próximo de Vila do Bispo, revela até que ponto podem chegar para melhor sugar o sangue de quem trabalha. Mas vamos aos factos.

O dr. Sérgio dos Reis e José Coelho Tomás são proprietários da INDOAL (Sociedade de Investimentos Imobiliários do Bordoal). No passado dia 16 pelas 20 horas, acompanhados pelo irmão do primeiro, João dos Reis e mais dois lacaios assaltaram a Herdade do Bordoal propriedade sua e actualmente arrendada a um pequeno agricultor.

Sob a ameaça de uma pistola que o «doutor» empunhava, roubaram 7 vacas e 7 vitelas, que eram propriedade, em partes iguais, tanto do rezeiro como da INDOAL.

Este roubo vem somar-se à dívida que aqueles senhores têm para com o rezeiro num total de cerca de 17 contos, quantia que este dispendeu na aquisição de produtos necessários para a manutenção da herdade e que de acordo com o contrato deveria ser paga, em partes iguais, pelo agricultor e pelos proprietários.

Entretanto, como é do conhecimento na região, os referidos senhores, particularmente o doutor, têm por diversas vezes dito que o que precisavam era de uma

G-3 para «despachar alguns» e depois irem-se embora com «as massas», segundo as suas expressões.

Ultimamente ameaçavam o rezeiro de que a Herdade do Bordoal também havia de ficar abandonada, tal como já tinham feito com uma outra herdade, a do Agor, no concelho de Silves, e que há mais de um ano se encontra no mais completo desprezo.

Esta herdade tem uma área aproximada de 1200 hectares, muito embora esteja registada como medindo cerca de 800 ha, possuindo ainda uma área de regadio.

Por aqui se vê como os patrões exploradores procedem para com os trabalhadores quando se sabem impunes a todas as tropelias. E uma coisa é certa — não são atitudes como esta, quase sempre esquecidas da justiça, que permitem o caminho para a democracia que certos políticos apregoam. Quando muito fazem recordar, com vivacidade, os tempos do fascismo, em que os trabalhadores nunca tinham razão.

Só a unidade decidida e empreendedora dos trabalhadores agrícolas aliados aos pequenos e médios agricultores poderá fazer frente aos desmandos dos exploradores que agora julgam ter chegado o tempo das vacas gordas. De certo que essa unidade não faltará e a recuperação capitalista esbarrará na muralha constituída por todos aqueles que trabalham.

## FESTAS DA COLHEITA EM MONTEMOR-O-NOVO

Em Montemor-o-Novo todo o povo trabalhador está mobilizado para a Semana da Reforma Agrária — Festas da Colheita — a realizar de 4 a 12 de Setembro. Esperam-se também muitos forasteiros

Aberto quase em leque, um molho farto de espigas gordas, eis o símbolo das Festas da Colheita de Montemor-o-Novo, que se realizam de 4 a 12 do próximo mês de Setembro. O povo trabalhador escolheu a melhor imagem, a do resultado de um trabalho feito em liberdade, desenvolvido colectivamente com as mãos empenhadas na construção de um país mais farto e os olhos cheios de certeza na sua própria força.

A organização da Festa das Colheitas está a cargo da Intercomissões de que fazem parte os organismos populares de base, Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores, Sindicatos e Unidades Colectivas de Produção. As actividades programadas representam uma manifestação do trabalho, da arte e de aspectos recreativos populares. No convívio também se reforça a unidade dos trabalhadores e a aliança entre operários e camponeses. Este o objectivo maior a ser alcançado na Festa da Colheita de Montemor-o-Novo, cujo programa divulgamos:

### Sábado dia 4

- 18.00 — Abertura com concerto pela Banda Antiga Filarmónica Montemorense (carlista)
- 21.00 — Grupo Cénico da Antiga Filarmónica Montemorense (carlista)

### Domingo dia 5

- 10.00 — Torneio de jogo de damas, torneio de jogo da malha, actividades juvenis.
- 14.00 — Gincana de tractores
- 17.00 — Início das actividades desportivas intercooperativas
- 21.00 — Grupo de teatro da CRARA com a peça «A Força do Povo»
- 22.00 — Cantigas ao desafio (Poetas populares)

### Segunda-feira dia 6

- 10.00 — Gincana de motorizadas
- 15.00 — Cortejo agrícola
- 21.00 — Rancho Coral e Folclórico da Fuzeta e o Grupo Coral Regional

### Terça-feira dia 7

- 10.00 — Visitas guiadas às Unidades Colectivas de Produção (UCP) (partidas do recinto da feira)
- 15.00 — Actividades desportivas intercooperativas
- 21.00 — Centro Cultural de Évora com a peça «As Histórias do Ruzante»

### Quarta-feira dia 8

- 10.00 — Visitas guiadas às Unidades Colectivas de Produção (UCP)
- 15.00 — Actividades desportivas intercooperativas
- 21.00 — Filme com debate.

### Quinta-feira dia 9

- 10.00 — Visitas guiadas às Unidades Colectivas de Produção (UCP)
- 15.00 — Actividades desportivas intercooperativas
- 21.00 — Grupo académico de danças ribatejanas e Rancho Folclórico Regional

### Sexta-feira dia 10

- 10.00 — Visitas guiadas às Unidades Colectivas de Produção (UCP)
- 15.00 — Actividades desportivas intercooperativas
- 21.00 — Grupo de Teatro «Os Bonecreiros» com a peça «Por Estes Santos Latifúndios»

### Sábado dia 11

- 10.00 — Visitas guiadas às Unidades Colectivas de Produção (UCP)
- 15.00 — Gincana pedestre, torneio da malha
- 21.00 — Pauliteiros de Miranda e Rancho Folclórico Regional

### Domingo dia 12 — DIA DA CRIANÇA

- De manhã: actividades desportivas. Pintura.
- De tarde: Teatro de Fantoques com o Grupo Auditorium; Palhaços; Desenhos animados; Grupo Coral Infantil
- 21.00 — Grupos Corais. Encerramento dos festejos.

## ENCONTRO DE MILITANTES DO PCP DAS UCPs E COOPERATIVAS DE ALPIARÇA

O combate ao desemprego foi uma das questões mais debatidas no Encontro de Quadros do PCP das Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas de Agricultores do Concelho de Alpiarça

Todos os anos, pelo Outono, nos concelhos de Alpiarça e noutras zonas ribatejanas, o flagelo de desemprego abate-se sobre pequenos e médios agricultores. Assim sucedeu durante quarenta e oito anos de fascismo, assim continuaria a suceder em situação que se diz democrática se os trabalhadores rurais aliados aos pequenos agricultores não se unissem numa mesma luta.

Mas, hoje, existe o instrumento legal para salvaguardar os assalariados rurais e os pequenos agricultores e rezeiros de meses de fome. Trata-se de aplicar as leis da Reforma Agrária relativamente à expropriação das terras dos grandes agrários. O que espera, então, o governo para fazer avançar a Lei das Expropriações no distrito ribatejano?

Esta foi uma das questões mais vivamente debatidas no Encontro de Quadros do nosso Partido das Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas de Agricultores do Concelho de Alpiarça que se realizou no passado dia 22. Neste sentido, uma das conclusões fundamentais da secção sobre «Problemas da Reforma Agrária», aprovadas por mais de 200 camaradas presentes na reunião, aponta «a todos os trabalhadores do Distrito a necessidade de exigirem ao Governo a expropriação urgente das terras dos grandes agrários. Uma vez expropriadas, a sua forma de exploração será decidida em amplas reuniões de pequenos e médios agricultores e trabalhadores rurais».

**ADMITE-SE A DIVISÃO DE TERRAS POR PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES**

A decisão sobre as formas de expropriação das terras deve ser tomada de modo colectivo orientar-se-á, sem dúvida, para a formação de cooperativas e unidades colectivas de produção que irão absorver a mão-de-obra desempregada, pôr fim a terras incultas e a formas de sabotagem. Mas, tal como foi salientado no Encontro, «admite-se noutros casos que seja dividida a terra pelos pequenos e médios agricultores (proprietários, rezeiros e seareiros) conforme seja decidido por sua própria vontade, tendo em conta que os interesses de uns se não devem chocar com os interesses de outros, já que tanto os operários agrícolas como os pequenos agricultores (com terra própria ou rezeiros) estão objectivamente interessados no avanço da Reforma Agrária e são, por isso mesmo, aliados naturais».

É preciso ter presente que, em muitas regiões, é elevado o número de rezeiros (seareiros e outros) sem uma parcela de terra própria e que mais de 300 mil pequenos

agricultores possuem terra insuficiente para o sustento das suas próprias famílias. A fome da terra nos pequenos agricultores não pode ser ignorada. A forma de a satisfazer varia não só em função das características de cada região mas tem também de respeitar as aspirações dos pequenos agricultores. Tal como salientou o camarada Alvaro Cunhal, Secretário-Geral do nosso Partido na Assembleia de Militantes das Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas realizado em Évora, no dia 18 de Julho:

«Há muitos pequenos e médios agricultores que não desejam a integração na unidade colectiva de produção com um salário fixo. Que gostam mais de ter um bocado de terra onde desenvolvam a sua agricultura e as suas colheitas. É uma maneira de ser, é um hábito, é a própria natureza de classe dos pequenos e médios agricultores e isso deve-se ter em conta. Pode-se sentir insatisfeito se não tem essa possibilidade de ter a sua pequena exploração. Nas cooperativas de pequenos e médios agricultores dos países socialistas os cooperantes têm em geral um quintal e direito a uma ou duas vacas, um porco ou dois porcos, a sua cultura própria, a sua exploração própria, além da sua produção colectiva».

Se não se tem em consideração a maneira de ser e aspirações próprias dos pequenos e médios agricultores, «os agrários e as forças reaccionárias têm terreno propício para fomentar o descontentamento dos pequenos e médios agricultores (proprietários, rezeiros, seareiros) e voltá-los contra os trabalhadores agrícolas, contra as cooperativas e unidades colectivas, contra a Reforma Agrária».

Neste contexto, que jamais deve ser ignorado, assume particular importância a proposta do Encontro de Alpiarça de «no mês de Outubro, quando os seareiros já tiverem regressado da Campanha se realize um Encontro entre rezeiros, seareiros, pequenos e médios agricultores proprietários e operários agrícolas para

discutirem este problema das expropriações e das formas de exploração das terras a expropriar, seja colectivamente, seja individualmente, se esse for o desejo dos actuais pequenos agricultores (proprietários, rezeiros e seareiros).

O problema do desemprego foi ainda discutido na secção de Problemas Sindicais, tendo-se concluído que:

«A Reforma Agrária, através das UCPs e das cooperativas, conduzirá à eliminação do desemprego. Mas numa situação como a de Alpiarça, com pouco terra ainda nas mãos dos trabalhadores, não se pode pretender que as UCPs resolvam o problema do desemprego. Nestas circunstâncias, é ao governo que compete resolver o problema. Para tanto, reclama-se:

- que as casas agrícolas patronais sejam obrigadas a absorver a mão-de-obra excedente.
- que a Lei da Expropriação seja aplicada, expropriando-se tudo o que seja legalmente expropriável.

- de imediato e em virtude da impossibilidade do Sindicato poder distribuir pessoal, que seja criada pelos trabalhadores uma comissão que tente resolver o problema do desemprego, junto da Câmara Municipal, Ministério do Trabalho, agrários, cooperativas, etc. O Sindicato ajudará a criar esta comissão».

### AGRÁRIOS TENTAM VENDER TERRAS EXPROPRIÁVEIS

Muitos agricultores estão a ser vítimas de vergonhoso logro dos grandes agrários que lhes estão a vender ou a tentar vender terras, segundo a Lei expropriáveis, e que por isso mesmo já não lhes pertencem. O Encontro de Quadros do Partido das UCPs é Cooperativas de Agricultores do concelho de Alpiarça alertou para este facto, que se verifica no próprio concelho de Alpiarça, no concelho de Salvaterra, no concelho de Chamusca e noutros.

Outras conclusões deste Encontro relacionam-se com a exigência do governo financiar

a criação de escolas de quadros (gestores, contabilistas, agrónomos, técnicos agrícolas, veterinários, economistas, operadores de máquinas, tratadores de gado, mecânicos), a necessidade premente de planejar as culturas a nível nacional, tendo em conta as necessidades do povo e a riqueza do solo e a construção de fábricas de transformação de produtos agrícolas que criariam novos postos de trabalho (Secção de Gestão e Organização).

Na secção sobre a Situação Financeira e Contabilidade, insistiu-se que «uma UCP sem contabilidade é uma porta aberta para a sua destruição pelo que deve ser de imediato posto nas UCPs em prática um sistema de contas e de controlo».

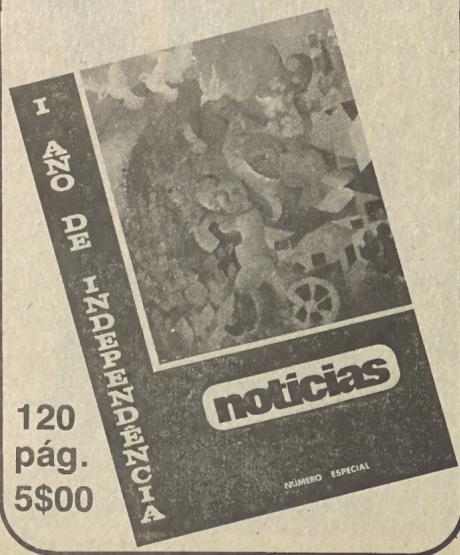
Na secção de Comercialização, face às dificuldades encontradas, o plenário propôs medidas tendentes ao reforço da organização coordenadora a nível concelhio e regional no sentido de exigir ao Governo a fixação de preços justos depois de ouvidos os organismos representantes das UCPs, das Cooperativas e de outras organizações de Pequenos e Médios Agricultores; alargar as relações destas organizações com as Cooperativas de Consumo e refeitórios de empresas controladas pelos trabalhadores; troca de informações entre as UCPs, Cooperativas e outras organizações de Pequenos Agricultores sobre o que têm para vender e o que precisam de adquirir; criação de postos de venda controlados pelos organismos representativos tendo em conta os interesses dos Pequenos e Médios Agricultores e a criação de complexos agro-industriais, ligando-os às UCPs, às Cooperativas e a outras organizações de Pequenos e Médios Agricultores, organizações de Pequenos e Médios Agricultores.

Ainda na secção sobre os Problemas da Reforma Agrária abordou-se a necessidade de reforço e dinamização das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, como associações de defesa dos interesses de classe dos pequenos e médios agricultores, rezeiros e seareiros.

À venda nas livrarias CDL

# notícias

comemorativo do 1.º ano da Independência de Moçambique



## O HOSPITAL DE NISA DEVE SERVIR O POVO

A direita reaccionária não perde oportunidades para desferir ataques e minar as conquistas da Revolução. Tudo lhe serve desde que os seus objectivos de voltar a explorar o povo trabalhador sejam alcançados.

Desta feita o alvo é o hospital de Nisa, que pretendem encerrar para mais tarde aparecerem como os «salvadores» da situação. Denunciando a manobra e porque o assunto é da maior importância para todo o povo do concelho o Comité Local do PCP tornou público um comunicado onde analisa a questão.

«Numa decisão integrada no lançamento das bases do Serviço Nacional de Saúde, os hospitais, que como o de Nisa eram pertença das Misericórdias, foram nacionalizados. Outras medidas se seguirem, com vista à dignificação da saúde do nosso povo. Porém, a presença de elementos reaccionários na Secretaria de Estado da Saúde sempre impediu que se avançasse com firmeza na definição e execução de uma política de saúde de acordo com os interesses do povo trabalhador».

E logo a seguir a nota precisa: «Essa incapacidade dos

organismos centrais da saúde arrastou o Hospital de Nisa para uma crítica situação financeira, com impossibilidade de pagamento dos vencimentos básicos dos trabalhadores».

«Apesar dos esforços feitos pelos trabalhadores continuam a serem enviadas verbas irrisórias por parte dos organismos estatais, ao que parece, justificadas por dificuldades financeiras. Isto ao mesmo tempo que o Povo português vai tomando conhecimento das indemnizações de largos milhões de contos a pagar a quem sempre o explorou e do estabelecimento de vencimentos que rondam os 35 contos mensais para os deputados da Assembleia da República, por proposta do PS/PPD/CDS e contra o voto comunista».

Recordando mais adiante que a Assembleia Geral da Misericórdia de Nisa emitiu um «esclarecimento» onde pretende «demonstrar» que os donativos em tempos concedidos ao Hospital e que ainda atingem largas centenas de contos foram entregues mais por se tratar de quem estava à frente do estabelecimento hospitalar do que propriamente para servir os interesses populares, pois para os caciques o essencial é a sua

promoção, o seu prestígio e não a saúde do povo, a nota do Comité Local acrescenta:

«A Mesa Administrativa procura justificar a retenção de largas centenas de contos que foram dados para as necessidades do hospital e da saúde do povo, falando na sua utilização em creches, jardins de infância, etc., para construir o futuro em paz e amor, de acordo com o próprio Estado».

«As creches, os jardins de infância são, efectivamente, necessidades; há muito sentidas pelo povo de Nisa. Mas será o próprio povo organizado, com o apoio do Estado, a levar essas obras por diante».

Por último, e antes de apelar para os trabalhadores e o povo de Nisa em geral para que através das suas organizações exijam do Governo a adopção de medidas adequadas e outras formas de apoio ao hospital, a nota acrescenta que «a intenção da Misericórdia não será fundamentalmente essas realizações (as creches e os jardins de infância), mas pretendo para criar dificuldades ainda maiores aos novos órgãos de gestão do hospital concelhio», isto é «levá-lo à ruína para mais tarde aparecerem como salvadores e recuperarem assim um dos seus principais feudos no tempo do fascismo».

Documentos Políticos do Partido Comunista Português

ALVARO CUNHAL  
**A CRISE POLITICO-MILITAR**  
DISCURSOS POLITICOS/5

(Maio/Novembro 1975)

edições Avante!

Expressão da luta da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses pela defesa e consolidação das suas conquistas maiores — liberdades democráticas, Reforma Agrária, nacionalizações e controlo operário — os discursos de Alvaro Cunhal traduzem ao mesmo tempo os esforços incansavelmente desenvolvidos pelo PCP para uma solução política da crise que ameaçava o prosseguimento da revolução portuguesa. A intervenção do secretário-geral do PCP na Reunião do Comité Central em 10 de Agosto de 1975, agora publicada pela primeira vez integralmente, testemunha da verdadeira política do PCP, é um claro desmentido das insinuações, deformações e calúnias propagandeadas, ontem e hoje, por todos aqueles que estão apostados em deter e fazer retroceder a marcha do povo português para a democracia e o socialismo.

# EM ALENQUER SURGIRÁ UMA COOPERATIVA DE PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES

Unidos na luta pelos interesses de classe, pequenos e médios agricultores de Alenquer não se deixarão desmobilizar na transformação do ex-Grémio da Lavoura em Cooperativa, apesar da CAP e de outras insólitas oposições

Alenquer, no passado domingo, tomou uma outra fisionomia, agitada por gente de trabalho vinda das terras do concelho para defender por suas mãos os seus interesses de classe. Tratava-se da realização de um plenário convocado pelo Secretariado Provisório da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores com o objectivo de estes discutirem os diversos aspectos da transformação do ex-Grémio da Lavoura em Cooperativa de Pequenos e Médios Agricultores.

Se a convocação não agradou aos senhores da CAP, dignos representantes dos grandes agrários sedentos da continuidade da exploração sobre os camponeses pobres, ainda menos os satisfez o facto de os pequenos e médios agricultores terem conseguido em força.

Cerca de meio milhar de pequenos agricultores — entre os quais muitos rendeiros — compareceram em Alenquer, tal como especifica o comunicado do Secretariado da Liga, enviado aos órgãos de Comunicação Social (que notoriamente o ignoraram salvo as habituais excepções), utilizando «os mais variados transportes desde tractores e motocultivadores com atrelados até motorizadas», dirigindo-se às instalações do Ceireiro de Trigo «a fim de transformarem o ex-Grémio em Cooperativa, elegerem a Comissão Instaladora e aprovarem os Estatutos da sua futura Cooperativa».

Dentro da lógica da sua acção sabotadora de todas as acções que possam conduzir à emancipação dos camponeses pobres, nos dias anteriores ao plenário, a CAP tentou desmobilizar os pequenos e médios agricultores de várias freguesias do concelho. Mas, como salienta o comunicado da Liga aos órgãos de Comunicação Social «a grande concentração registada, foi uma clara e positiva resposta destes aos que visavam assim impedir que se organizassem melhor na defesa dos seus interesses. «Os esforços sabotadores da CAP estenderam-se até ao início da reunião. Assim, alguns grandes agricultores, negociantes e intermediários tentaram dividir os pequenos e médios agricultores através de manobras confusionistas que impedissem a realização do plenário. Firmemente repellidos e vaiados alto e bom som, os elementos da CAP bateram em retirada e os pequenos e médios agricultores lançaram-se ao trabalho, orientado por uma mesa constituída por membros do SADA, da Comissão Liquidatária do ex-Grémio da Lavoura e do Secretariado Provisório da Liga.

A participação dos pequenos e médios agricultores no plenário dá a medida da sua progressiva consciencialização. Os problemas foram vivamente discutidos e as conclusões apontam a decisão de marcharem unidos na melhoria das suas condições de trabalho e de vida. O ex-Grémio da Lavoura — baluarte da organização corporativa que desde os primeiros anos do fascismo assegurou a exploração e

ruína dos camponeses pobres em proveito dos grandes agrários — vai transformar-se em Cooperativa de Comercialização ao serviço dos pequenos e médios agricultores. Os Estatutos foram aprovados por unanimidade e a Comissão Instaladora, composta por 10 elementos eleita por mais de 400 votos a favor só com 16 votos contra.

## QUE INTERESSES DEFENDE O NÚCLEO DO PS DE ALENQUER?

Que à CAP desagrade o progressivo despertar da classe dos pequenos e médios agricultores não é de admirar. Mas que o Partido Socialista tente também desmobilizar os pequenos e médios agricultores da luta pelos seus interesses de classe já é espantoso. No conjunto de documentos enviados pelo Secretariado da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do concelho de Alenquer aos órgãos de Comunicação Social deparamos com um curioso comunicado do Secretariado de Alenquer do Partido Socialista, distribuído pelas freguesias anteriormente à realização do plenário. Nele se lança o «alerta» aos pequenos e médios agricultores para se não deixarem iludir pelo dito plenário. A provar as más intenções da convocação, aquele núcleo do PS adianta razões das quais a primeira é o facto do plenário estar «convocado para um domingo de Agosto, no qual efectivamente os que trabalham na agricultura estão praticamente desmobilizados pelo aproveitamento destes dias para as suas saídas».

E evidente que este argumento fez pasmarmos os pequenos e médios agricultores que nunca na sua vida conheceram férias e, quantas vezes, são obrigados a não poupar domingos labutando nas suas pequenas terras! Outra das razões do Secretariado de Alenquer do PS seria a deficiente convocação, aliás, não tão deficiente que meio milhar de pequenos e médios agricultores não enchessem as ruas de Alenquer.

A este comunicado do dito núcleo do PS respondeu o Secretariado Provisório da Liga, assumindo a defesa dos interesses da classe dos pequenos e médios agricultores, razão da sua existência e actividade:

«Este Secretariado não pode deixar de estranhar que um partido democrático venha através de um comunicado, tomar posições contra os interesses dos pequenos e médios agricultores, chegando a afirmar que «se pretende manipular as massas para depois, em seu nome, praticar os actos que lhes não interessam». Pergunta este Secretariado se formar uma Cooperativa de pequenos e médios agricultores é um acto que não interessa aos agricultores? Então será melhor que o ex-Grémio continue a ser ex-Grémio e os agricultores não se unam para assim defenderem os

seus direitos e interesses continue a ser ex-Grémio de uma forma mais organizada? Pergunta o PS local «quem são as pessoas que constituem o Secretariado Provisório da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do concelho de Alenquer e que razões os leva a associar-se à Comissão Liquidatária do Grémio no convite para o plenário em questão?»

Nós o que somos é pequenos e médios agricultores que conhecemos e sentimos os problemas da classe a que pertencemos e pela qual fomos eleitos e nos dispusimos a lutar em defesa dos interesses de todos nós.

Por isso o Secretariado Provisório da Liga não poderia deixar de convocar os pequenos e médios agricultores para a sua participação no plenário de amanhã, no qual irão ser discutidos assuntos de grande interesse.

Será preciso ir pedir ao PS para transformarmos o ex-Grémio em Cooperativa?

Francamente, tais posições vindas da CAP não nos espantariam, mas nunca de um partido democrático. Por outro lado não será um domingo melhor dia para um plenário? É evidente que sim! Pois nós não somos senhores doutores de praias mas sim homens de trabalho e, quanto à «deficiente convocação dos sócios do ex-Grémio da Lavoura» lembramos que já não há Grémio e que a convocação vem na imprensa regional e que o plenário é só para os pequenos e médios agricultores tivessem ou não sido sócios do ex-Grémio, e não para os grandes que sempre dominaram o Grémio».

As considerações da Liga são feitas numa base de representação de classe dos

pequenos e médios agricultores. Como única organização legítima dos pequenos e médios agricultores do concelho de Alenquer só a Liga compete o agir segundo as decisões da classe que lhe dá forma. Outras considerações se impõem entretanto:

Como é possível que uma organização do PS que no concelho alcançou significativa votação demonstra tão deplorável ignorância dos problemas dos pequenos e médios agricultores, que na zona de Alenquer constituem o grosso da população trabalhadora, sendo mais de 82% semiproletários, isto é, proprietários de pequenas courelas ou rendeiros que são assalariados por conta de outrém parte do ano? Que a CAP se insurja e procure boicotar a transformação do Grémio que servira os interesses de uns 20 grandes agrários numa cooperativa que vai servir milhares de pequenos e médios agricultores é compreensível. Mas o PS ao arguer-se contra tal projecto demonstra não temer o risco de ser tido como defensor dos grandes senhores que sugaram o suor e trabalho dos assalariados e agricultores pobres, os Vasconcelos e Sousa, os Siqueira Freire, os Palha, os Correia de Sá, os Vaz Monteiro e tantos outros.

Por outro lado, como pode o núcleo de Alenquer do PS ignorar que na Comissão Instaladora, tal como no Secretariado da Liga se encontram militantes seus e simpatizantes? Como pode o PS ir dizer a esses homens lutadores pela melhoria da situação da sua classe que não constituam uma cooperativa de comercialização, isto é, que continuem vítimas dos intermediários, que não façam por ter sementes, adubos e alfaias mais baratos e de melhor qualidade?

## JORNADA DE UNIDADE EM MARTINLONGO

Centenas de participantes, na maioria trabalhadores do campo, assalariados e pequenos agricultores encontraram-se no passado domingo na inauguração da Barragem da Cooperativa Popular da Barrada, na freguesia de Martinlongo, concelho de Alcúitim, a qual irá igualmente beneficiar a Cooperativa União Agro-Pecuária e a Cooperativa Boa Vontade de Diogo Dias e Castelhanos, todas elas formadas graças à tenacidade e coragem de pequenos agricultores.

Correspondendo ao apelo da Comissão da Festa e da Comissão de Apoio de Dinamização das Organizações dos Camponeses do Algarve, trabalhadores vindos de diversas zonas do Algarve em oito camionetas e muitos carros particulares conviveram em Martinlongo numa jornada de solidariedade e unidade entre os que trabalham a terra e trabalhadores de outros

sectores também eles empenhados na Reforma Agrária, garantia indispensável de um Portugal democrático.

Iniciados com um alegre piquenique, os festejos prolongaram-se com a inauguração da Barragem, a visita às Cooperativas e Canto Livre. Os presentes, numa manifestação de solidariedade para com os pequenos agricultores desta freguesia serra, ofereceram 20 contos.

O desejo dos pequenos agricultores das cooperativas servidas pela Barragem de Martinlongo foi satisfeito: com eles estiveram camponeses seus irmãos de classe, operários rurais seus aliados naturais, trabalhadores da cidade, homens e mulheres de sentimentos democráticos companheiros de uma jornada vivida não somente domingo, mas uma jornada mais vasta pela libertação dos pequenos agricultores, pelo avanço da Reforma Agrária, pela construção da democracia.



## PEQUENOS AGRICULTORES DO NORTE E TRABALHADORES DO SUL UNIDOS

A visita de 250 agricultores rendeiros do Norte a herdades colectivas abre novas perspectivas de unidade entre os trabalhadores agrícolas de todo o país

No passado fim-de-semana, 250 pequenos agricultores do Norte desceram até terras do Alentejo, ao concelho de Montemor-o-Novo. A iniciativa pertenceu ao MARN, Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte. Muitos iam, tendo ainda nos ouvidos o bichinho da desconfiança para com a Reforma Agrária. Um homem não é de pedra e o passado só mostrou que a vida do pobre não passa da cepa torta. As calúnias da reacção ainda moíam muita gente honesta habituada desde sempre à exploração e, por isso mesmo, descrente.

O MARN levou os pequenos agricultores e rendeiros numa visita de «ver para crer». O objectivo foi cumprido. Durante dois dias, homens e mulheres do Norte visitaram cooperativas no Sul, conviveram com trabalhadores que nas mãos trazem os sinais da mesma labuta, perguntaram, discutiram, trocaram esperanças. Numa palavra: construíram, ainda que muitos talvez se não apercebessem, laços de unidade de importância fundamental. Homens que têm de comum o mesmo amor à terra, a mesma experiência de trabalho, aprenderam a conhecer-se, a estimar-se, a unir-se.

Os pequenos agricultores e rendeiros do Norte sabem agora que no Alentejo, a Reforma Agrária significa de facto terras trabalhadas, sementeiras mais vastas, colheitas mais abundantes, problemas de alfaias, máquinas e outros resolvidos colectivamente. Sabem, também, que nas suas terras a Reforma Agrária não poderá ser igual à que se realiza a Centro e Sul do País porque diferente é o tipo de exploração e de propriedade. Souberam pela boca dos seus iguais no

Sul, que jamais alguém pensou em tirar-lhes as terras, que pelo contrário os trabalhadores alentejanos estão solidários e defendem convictamente a distribuição de terras dos grandes agrários aos pequenos e médios agricultores, a sua divisão por quantos não têm terra suficiente. Contaram-lhes como outrora o solo alentejano era sulcado por grandes manchas de mato, o desemprego levava a fome aos lares e 6 mil pequenos agricultores se proletarizavam de ano para ano. Viram nas herdades colectivas de produção do concelho de Montemor-o-Novo, «Pedro Soares», «Maria Machado», «Cravo Vermelho» e «Montemorense» os celeiros repletos de trigo, os campos com palha demonstrando que ali houve grão. As ceifeiras-debulhadoras, sendo a maior parte adquirida pelas cooperativas, entusiasmaram os pequenos agricultores do Norte. Alguns terão aprendido que isolados jamais poderão comprar e utilizar estas e outras máquinas.

## NISA VAI VER A REFORMA AGRÁRIA

O Comité Local de Nisa do PCP efectua, no dia 29, domingo, uma excursão a Avis, de visita à Cooperativa Agrícola 1.ª de Maio, a fim de a população do concelho contactar de perto com as transformações revolucionárias operadas na zona da Reforma Agrária.

Sabendo, contudo, que a população progressista de Nisa não necessita de ver para crer a grande vitória dos

A luta pela aplicação da Lei do Arrendamento Rural foi um objectivo de luta em que se encontraram irmanados. Mas outros problemas imediatos os unem: a necessidade da concessão de crédito em condições compensadoras, a garantia de preços justos, a urgência de um verdadeiro regime de Previdência.

Para além destas questões imediatas, uma unidade mais profunda nasceu entre pequenos agricultores do Norte e do Sul. Ambas as classes estão empenhadas numa agricultura florescente e esta só pode realizar-se com a satisfação dos seus interesses, pois são elas que trabalham a terra. Homens do Norte e do Sul descobriram-se na mesma luta: construir uma vida melhor num país livre. Este profundo anseio passa pela realização da Reforma Agrária em marcha no Sul e pela Reforma Agrária, de características diferentes mas com o mesmo fim, no Norte.

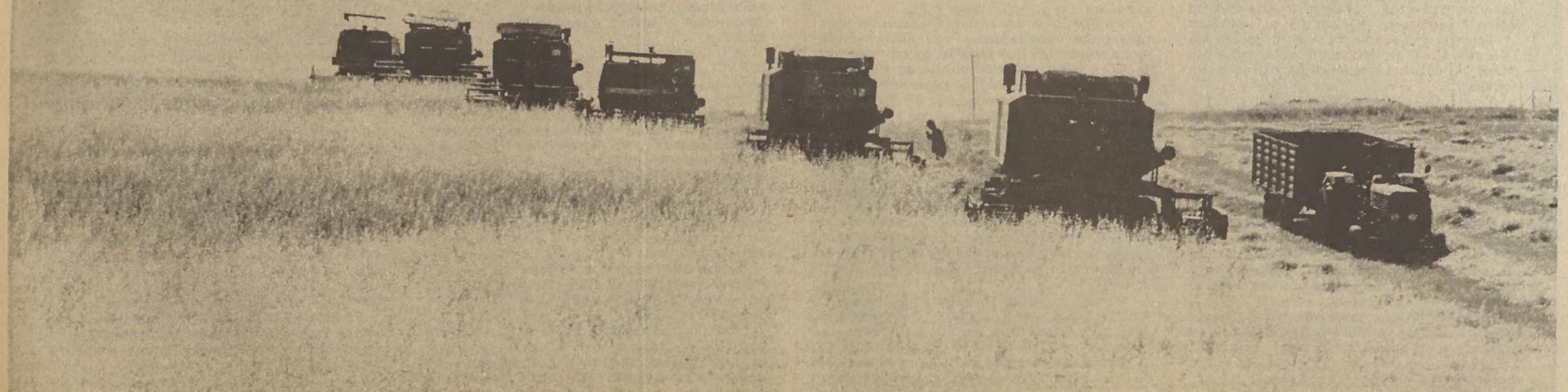
Os pequenos agricultores e rendeiros do Norte levam para as suas terras a imagem real

do trabalho desenvolvido em terras do Alentejo, do que é, como foi feita a Reforma Agrária no Sul e do que representa. Nas suas terras eles serão os arautos de uma verdade que a reacção já não poderá destruir, os pioneiros de uma experiência nunca desmentida: unidos, os trabalhadores da terra podem modificar a sua sorte e construir um futuro melhor.

## OFERTA DE TRABALHADORES DA FREGUESIA DE SEDA

Os trabalhadores da Cooperativa Liberdade e outros da freguesia de Seda, numa admirável manifestação de solidariedade, ofereceram aos hospitais de Portalegre e de Alter do Chão vários produtos extraídos da terra com a força do seu trabalho. Assim, as massas trabalhadoras de Seda fizeram uma oferta de 70 sacas de batatas, cinco sacos de grão de bico, cebolas, alhos, hortaliça e algumas grades de pêssegos aos doentes dos hospitais. Note-se que o maior número de sacas de batatas oferecidas, foi colhido nas próprias searas dos trabalhadores, muitos dos quais são pequenos agricultores.

Este um gesto original de solidariedade a destacar e a merecer a aprovação dos trabalhadores de outras zonas.



# HÁ 32 ANOS O NAZISMO FOI DERROTADO NA ROMÊNIA

No dia 23 de Agosto a Romênia comemorou mais uma vez, o aniversário da insurreição armada antifascista e anti-imperialista que, em 1944 levou à derrota do regime fascista de Antonescu.

Na situação favorável criada pela grande ofensiva vitoriosa dos exércitos soviéticos nas margens do rio Pruth — que só no período de 20 de Agosto a 3 de Setembro levou ao aniquilamento de 18 divisões alemãs e à capitulação de 22 divisões e 5 brigadas da Romênia monarca-fascista, com o aprisionamento de 208 000 oficiais e soldados — os patriotas romenos, sob a direcção do Partido Comunista Romeno, empenharam-se na guerra libertadora que havia de levar à derrota dos exércitos hitlerianos em 1945.

Com o auxílio do regime fascista de Antonescu, os hitlerianos tinham enfeudado a economia da Romênia,

organizado o saque sistemático do petróleo e das outras riquezas nacionais, provocando assim o empobrecimento do povo romeno.

Em Junho de 1941, o regime fascista do general Ion Antonescu lançou a Romênia, por ordem de Hitler, na guerra contra a União Soviética. Todas as tentativas de resistência defrontavam com o desencadear do terror policial. Entretanto, as condenações à morte e as pesadas penas de prisão não demoveram o povo romeno na luta pela sua libertação.

Quando em 2 de Abril de 1944 os exércitos soviéticos entraram no território da Romênia e o governo soviético declarou que tal invasão não tinha quaisquer propósitos anexionistas e era unicamente ditada pelas necessidades militares, as forças da resistência romena receberam um poderoso incentivo na sua

luta contra o enfeudamento da Romênia monarca-fascista de Antonescu aos exércitos hitlerianos.

O movimento de resistência centrou-se na acção dirigente e mobilizadora dos comunistas. Foram organizadas acções contra a dominação hitleriana e o regime fascista, desde a sabotagem da produção de guerra até à luta de guerrilha nas montanhas e no Delta e no Danúbio.

Em Julho de 1944, numa reunião conspirativa dos representantes do Partido, do Palácio real e do Exército, foi adoptado o plano de insurreição nacional armada antifascista e anti-imperialista, preconizado pelos comunistas.

## CONJUNTURA FAVORÁVEL

O avanço vitorioso do Exército Soviético, esmagando as hostes nazis num

movimento irreversível, tinha criado uma situação particularmente favorável a todo o movimento libertador. O plano de insurreição nacional tinha pesado cuidadosamente tal realidade internacional, juntamente com a situação política interna. A 23 de Agosto de 1944, o ditador Ion Antonescu e os membros do seu governo fascista foram detidos no Palácio real de Bucareste. O novo governo compunha-se de generais patriotas e representantes dos partidos comunista, social-democrata, nacional-camponês e nacional-liberal. As forças revolucionárias passaram a controlar todas as instituições públicas. Durante a noite foi emitida pela rádio uma proclamação do rei, informando da vitória do movimento revolucionário.

Ao ter conhecimento dos acontecimentos registados em Bucareste, Hitler reagiu com violência, ainda que limitado pela panorâmica da guerra nesse momento, que lhe era altamente desfavorável, não permitindo dispôr à vontade das suas tropas. As tropas nazis então ainda em território romeno, receberam ordem para aniquilar a revolução. Bucareste foi bombardeada, enquanto as tropas nazis procuravam forçar a marcha sobre a cidade, para ocupá-la militarmente.

A estes ataques das hordas nazis, responderam as forças revolucionárias com heroísmo e decisão. A 24 de Agosto de 1944, o novo governo romeno declarou guerra à Alemanha e o Exército romeno, juntamente com as organizações patrióticas armadas, passaram, em todo o país, a acções militares contra as tropas hitlerianas. A batalha para defender Bucareste e liquidar as tropas alemãs na

zona durou três dias. A intervenção do Exército Soviético foi decisiva e a 30 de Agosto a cidade estava liberta. Até 31, as forças revolucionárias romenas, lado a lado com o Exército Soviético, concluíram o processo de libertação do país.

O prestígio ganho pelo Partido Comunista Romeno na resistência antifascista, na organização do levantamento nacional, na guerra da Romênia contra a Alemanha hitleriana, colocou-o no primeiro lugar entre as forças políticas do país. Em unidade com as outras forças políticas progressistas, o Partido Comunista dirigiu a obra de reconstrução nacional, de criação de uma nova Romênia, baseada na igualdade social, na justiça, na independência e na soberania nacional.

A 30 de Dezembro de 1947, num momento em que o país passava por transformações estruturais, de acordo com a vontade popular, o rei abdicou, e a Romênia foi proclamada República.

Em 1948, nas condições históricas específicas do movimento operário da Romênia, o Partido Social-Democrata uniu-se ao Partido Comunista. Em torno do Partido Comunista, agruparam-se todas as forças sociais: os operários, os camponeses, a intelectualidade, e outras camadas sociais que apoiaram o programa de transformação da Romênia.

## SALTO EM FRENTE

O novo regime teve que lutar desde o princípio com a herança do passado, com o estado de subdesenvolvimento em que vegetava a Romênia. No último



Manifestação antifascista, em Bucareste, nas vésperas da II Guerra Mundial. No cartaz a palavra de ordem exigindo a libertação dos presos políticos antifascistas.

quarto de século, a Romênia deu um salto em frente. A produção industrial é hoje 21 vezes maior, a renda nacional mais de dez vezes. Foram criados ramos industriais desconhecidos no passado, construíram-se grandes centrais eléctricas, combinadas siderúrgicas, desenvolveu-se uma poderosa frota marítima comercial, a agricultura mecanizou-se e utiliza em grande escala os fertilizantes químicos. Em 30 anos, a energia eléctrica aumentou 40 vezes; hoje, a Romênia fabrica anualmente 50 000 tractores, quase 68 000 automóveis, 36 000 camionetas. A indústria electrónica, também

recém-criada, fabrica anualmente 712 000 aparelhos de rádio.

Paralelamente ao desenvolvimento geral da indústria e da agricultura cresce o nível de vida da população. No meio urbano construíram-se, nos últimos anos 240 000 novas habitações. Isto significa que, entre 1970 e 1975, 725 000 famílias, numa população de 21 350 000 habitantes, se mudaram para novas casas.

No domínio do ensino e da cultura, produziu-se uma verdadeira revolução. Todo o sistema de ensino, do pré-escolar ao universitário, é gratuito. Nas escolas primárias e nas escolas secundárias, estudam 4 milhões de alunos.

Nas Universidades, 160 000 estudantes. O que significa que quase um quarto da população total do país estuda.

Por outro lado, nos últimos cinco anos, o salário médio mensal aumentou em cerca de 26%, não sofrendo os preços em geral alteração.

O objectivo de toda a actividade económico-social da Romênia socialista, o objectivo supremo da Política do seu Partido Comunista, a essência da sua missão histórica de transformação revolucionária da sociedade, é a elevação do nível de vida material e espiritual de todo o povo, de acordo com as exigências do progresso ininterrupto do conhecimento humano.



Pouco antes da II Guerra Mundial, os comunistas e todos os antifascistas romenos desciam à rua para exigir o sufrágio universal e vitoriar o socialismo.

2

# U.R.S.S.: 59 anos de socialismo E.U.A.: 200 anos de capitalismo

Ao examinarmos a questão do consumo na URSS e nos EUA, cabe ter em mente que, segundo os dados da estatística oficial americana, nos EUA um grupo que perfaz, no máximo, 10 por cento da população do país, auferir 30 por cento de toda a renda monetária. Posto isto, o nível médio de consumo, nas famílias da restante população dos EUA, é sensivelmente mais baixo do que a sua média nacional. Nos últimos 30 anos, nos EUA, o abismo entre os ricos e os pobres tornou-se muito maior. De 1974 a 1975, devido à crise económica, de rápido aumento dos preços e do custo de vida, houve nos EUA, também, uma baixa absoluta da receita real da população. Em 1974, neste país, pela primeira vez nos últimos 32 anos, verificou-se uma redução absoluta das despesas de consumo da população (em 2,1%), tendo a produção de artigos de consumo sofrido uma redução de 2,3 por cento.

## DOIS MUNDOS — DOIS MODOS DE VIDA

Entre os modos de vida soviético e americano existe uma diferença qualitativa. O Socialismo, tendo libertado o homem da exploração, desemprego, miséria e discriminação, cria muito mais possibilidades para o desenvolvimento do indivíduo sob todos os aspectos. A sociedade capitalista, com a sua desigualdade social e económica, baseada na propriedade privada dos meios de produção, não pode assegurar a todos os cidadãos nem sequer os direitos e as liberdades que proclama.

Os EUA são o primeiro país do mundo segundo a dimensão média do rendimento nacional, "mas só muito poucos sabem — escreve o conhecido cientista Paul Samuelson, laureado com o Prémio Nobel — a que ponto é baixa, de facto, a renda dum americano médio ou a quanto chega a disparidade entre a renda mais alta e a mais baixa". De acordo com os últimos dados, nos Estados Unidos há cerca de 25 milhões de pessoas cuja renda é muito mais baixa do que o mínimo oficial necessário para viver.

Segundo cálculos feitos pelo senador Ernest Hollings, ainda em 1969, isto é, antes dos actuais abalos económicos, passavam fome nos EUA, no mínimo, 15 milhões de americanos e outros 10 milhões, volta e meia, viam-se à beira da fome. Em Julho do ano passado, a revista "US News and World Report" confessou: "De acordo com muitos depoimentos ouvidos pela comissão do Senado dos EUA para questões da fome, a alimentação dos pobres, na América, está antes a piorar do que a melhorar".

A inflação transformou-se em autêntico flagelo para os trabalhadores dos Estados Unidos da América. Tão somente de 1972 a 1975, os preços a varejo, nos EUA, aumentaram, em média, 15,8 por cento, e os por atacado 24,4 por cento, ("US News and World Report", 15 de Setembro de 1975). A inflação desvaloriza o salário dos operários e afecta, sobretudo, os reformados americanos.

Enquanto isso, na URSS os preços dos géneros alimentícios e das mercadorias do amplo consumo continuam os mesmos durante dezenas de anos. Isto diz respeito, também, ao aluguer de casa, ao preço das passagens nos transportes públicos, às taxas pagas pelos serviços públicos.

Na URSS, o direito ao trabalho é assegurado a todos os cidadãos. A última bolsa do trabalho foi fechada, no país, por desnecessária, ainda em 1930. Há quase meio século, pois, os soviéticos desconhecem o que seja o desemprego.

Nos EUA, entretanto, o desemprego tem um carácter crónico. Em 1975, havia no país 8 milhões de desempregados, nos tempos mais próximos, de acordo com os prognósticos de peritos americanos, nada indica que este total sofra uma sensível redução.

Na URSS, o Estado foi o primeiro do mundo a limitar a 8 horas o dia de trabalho dos seus cidadãos, a conceder-lhes férias remuneradas e a deixar de fazer descontos, no salário dos trabalhadores, para o seguro social, custeando ele próprio estas despesas. A União Soviética foi, também, o primeiro país do mundo a instituir a assistência médica e o ensino — secundário e superior — gratuitos.

Contrariamente aos EUA, os trabalhadores da União Soviética não sofrem desconto mensal algum para o fundo de reforma.

Proporcionalmente ao salário, a reforma, nos EUA, é muito menor do que na URSS: nesta última, para os trabalhadores de baixa categoria, ela varia entre 50 e 100 por cento do último salário recebido na actividade.

Além disso, na URSS os cidadãos têm o direito de aposentar-se com menos idade do que nos EUA. Na URSS, os homens podem aposentar-se aos 60 e as mulheres aos 55 anos, ao passo que nos EUA, em regra, tanto os homens como as mulheres só se podem aposentar aos 65 anos de idade.

Na URSS, diferentemente dos EUA, não existe o problema "do empregador particular e daquele que se emprega", pois tanto o operário quanto o administrador, na URSS, são membros duma colectividade de produção única. O director da fábrica não é apenas o representante do Estado mas, também, membro do mesmo sindicato que os operários: ele deve prestar-lhes contas da sua actividade, administrar a empresa dum modo que beneficie a colectividade, com a sua ajuda e sob o seu controlo. Visto que as empresas soviéticas pertencem à sociedade, os seus administradores não têm segredos comerciais ou outros a ocultar ao operário soviético (diferentemente do que ocorre com o operário americano). Com isto, todos os membros da colectividade estão a par do estado de coisas na produção, podem acompanhá-las e influir sobre elas.

Nos EUA, o ensino superior é inacessível para a maioria dos trabalhadores. Pelos estudos numa escola superior dos EUA paga-se, agora, uma média de aproximadamente 4 mil dólares ao ano, e nas melhores universidades do país paga-se ainda muito mais. Eis porque as pessoas cuja família tem uma renda anual baixa, compõem apenas 10 por cento dos alunos das escolas superiores e menos ainda dos alunos das universidades.

Qualquer doença transforma-se, para o trabalhador americano, em verdadeira catástrofe.

Em 1975, os preços da assistência médica, nos EUA, eram os seguintes: visita do médico a domicílio 16 dólares e 30 centavos; extracção dum dente 11 dólares; medição da tensão arterial entre 15 e 20 dólares; permanência em hospital 110 dólares por dia; parto e o tratamento pós-perparto — 100 dólares.

No ano passado, nos Estados Unidos da América, havia uma média de 20,2 médicos para cada 10 mil habitantes; na União Soviética, no mesmo ano, esta média era de quase 33 médicos.

O ideal da democracia socialista é a participação de todos os cidadãos na administração do Estado,

isto é, a autoadministração pública no mais amplo sentido da palavra. A Constituição da URSS consigna na Lei, sublinhando que todo o poder, na URSS, pertence aos trabalhadores da cidade e do campo na pessoa dos Sovietes de deputados dos trabalhadores. O órgão supremo do poder é o Soviete Supremo da URSS. Actualmente, compõe-se de 1517 deputados, 769 dos quais são operários e kolkhosianos, sendo os restantes intelectuais, funcionários dos Sovietes, do Partido e dos sindicatos. No Soviete Supremo estão representados 61 povos que habitam o país. No Congresso dos EUA, entretanto, não há um único representante dos operários, embora estes compoñam mais da metade da população do país. No seu Congresso prevalecem industriais e comerciantes (cerca de 35%) e representantes das profissões liberais (mais de 60%, cuja maioria esmagadora são juristas).

Nos órgãos supremos do poder, nos EUA, as minorias nacionais não têm a representação que lhes compete. Na actual Câmara dos Representantes do Congresso, entre os seus 435 deputados, apenas 15 são negros (embora dos 215 milhões de habitantes dos EUA, 25 milhões sejam de cor negra); no Senado, apenas um dos cem senadores é negro.

## A QUESTÃO NACIONAL

A maneira como foi solucionado o problema nacional na URSS pode ser ilustrada pelas teses da Carta da ONU, as quais insistem na igualdade de direitos dos povos muito ou pouco numerosos e na necessidade de se concorrer ao respeito e ao cumprimento geral dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos os cidadãos, qualquer que seja a sua raça, idioma e religião. A Constituição da URSS assegura eficazmente a igualdade de direitos dos cidadãos de todas as nacionalidades. Nas repúblicas da União Soviética, o ensino nas escolas e universidades é ministrado no respectivo idioma nacional, no qual são, também, editados jornais, revistas e livros, transmitidos os programas de rádio e televisão e apresentados os espectáculos no teatro. Todos os povos da URSS quer sejam eles muito ou pouco numerosos (era, o seu total passa de 100), têm todas as condições para desenvolver livremente a sua cultura e as suas tradições.

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) engloba 15 repúblicas federadas, 20 repúblicas autónomas, 8 regiões autónomas e 10 distritos nacionais. Têm os seus próprios órgãos de poder, conservam o seu idioma e a sua cultura; o procedimento judicial, nestas repúblicas, é também feito no respectivo idioma nacional. Nas antigas regiões nacionais dos confins que tinham sido relegadas a colónias do império czarista, o poder soviético liquidou um fenómeno social tão nefasto como o analfabetismo, tendo-as transformado em repúblicas agrário-industriais avançadas com os seus próprios intelectuais e uma ciência desenvolvida.

E nos EUA? Qual é a situação das minorias nacionais neste país? Eis o que assinalava, em 1968, no seu relatório, a comissão presidencial para as desordens públicas:

"Os operários negros fazem os serviços de mais baixa qualificação e mal remunerados. Estes serviços significam, muitas vezes, um salário inferior ao padrão estabelecido, uma grande incerteza de

que mesmo este serviço lhes seja assegurado, uma posição de extrema inferioridade tanto aos olhos dos patrões como aos olhos do próprio operário, uma chance insignificante ou a ausência de qualquer possibilidade de progresso, assim como um trabalho pesado e extenuante".

Os aproximadamente 9 milhões de chicanos (americanos de origem mexicana) compõem uma minoria nacional que, numericamente, só fica a dever aos negros. A renda anual média dos chicanos perfaz menos de 70 por cento da renda comum nos EUA, o desemprego é duas vezes maior do que a sua média no país, a mortalidade infantil é duas vezes maior do que nas famílias americanas de origem anglo-saxónica.

Nos EUA moram cerca de 1,5 milhões de americanos de origem porto-riquenha. Também eles fazem os serviços mal remunerados, moram em casebres e os seus filhos praticamente não podem estudar.

Os índios — descendentes dos habitantes naturais da América do Norte — também se tornaram vítimas de segregação. Foram levados à força para territórios reservados que compõem 2 por cento da superfície do país e são os mais desertos e estériles. Os índios assinaram 371 tratados com os brancos e cada um deles foi violado pelos segundos. A renda da metade das famílias indígenas equivale ao dobro da sua média no país e a percentagem de tuberculosos é sete vezes maior.

## A SITUAÇÃO DA MULHER

Nos começos da década de 70, nos EUA, 31,1 milhões de mulheres trabalhavam fora de casa, total este correspondente a 40 por cento de toda a mão-de-obra do país. A maioria das mulheres fazem serviços de baixa qualificação. As mulheres americanas recebem, por serviço igual, menos do que os homens. O economista Fabian Linden assinalava:

"As mulheres que exercem profissões intelectuais e técnicas, recebem dois terços do salário pago aos homens que fazem o mesmo serviço. O salário médio da mulher com instrução secundária equivale a 60 por cento do salário do homem com a mesma instrução" ("US News and World Report", 8 de Outubro de 1973).

O Estado Soviético solucionou este problema há mais de meio século, igualando a remuneração do trabalho do homem e da mulher. Recentemente, foi promovido nos EUA um confronto entre a situação profissional da mulher na União Soviética e nos Estados Unidos, cujos resultados foram os seguintes: na URSS as mulheres compõem 75 por cento de todos os médicos, 83 por cento de todos os dentistas, 28 por cento dos engenheiros, 38 por cento dos cientistas. Enquanto isso, nos EUA, as mulheres compõem apenas 6,5 por cento dos médicos, 2,8 por cento dos dentistas e somente 1,2 por cento dos engenheiros e cientistas.

Quanto à participação das mulheres na vida política dos EUA, compoñdo mais da metade de todos os eleitores, elas praticamente não tomam parte no governo do país. De 1961 a 1973, o número de mulheres no Congresso esteve a oscilar entre 11 e 14, o que equivale a apenas 3 por cento de todos os congressistas. Cabe lembrar, a propósito, que no Soviete Supremo da URSS eleito em Junho de 1974, as mulheres compõem 31,3 por cento.

(Continua)

# SEMANA INTERNACIONAL

# NOVA DERROTA PARA O IMPERIALISMO

**Em Sri Lanka os países não-alinhados tomaram um conjunto de medidas claramente anti-imperialista, que atesta da sua posição progressista no contexto internacional. Medidas que tenderão a reforçar a sua força e irão contribuir para a superação do subdesenvolvimento**

## WASHINGTON MONTA PROVOCAÇÕES CONTRA A RDP DA COREIA

Washington joga os seus dados na Coreia para acender mais um foco de guerra onde nunca permitiu que a verdadeira paz se estabelecesse. Esforça-se por criar uma situação de sua especial predileção — lança um fantoche seu contra um país independente e democrático, gera uma situação de tensão, que coloca a península à beira do abismo. A provocação foi montada. Na Casa Branca aguardam-se com impaciência os frutos.

Depois de movimentações militares e ameaçadoras concentrações de tropas na fronteira artificial que hoje divide o povo coreano, o imperialismo americano enviou 300 homens fortemente armados, escoltados por helicópteros e aviões, para a zona de tampo que separa o norte do sul — 26 helicópteros, três bombardeiros estratégicos B-52, caças a jacto, para escoltar um grupo que iria cortar uma árvore (!). Não tendo resultado o aparato bélico, passou-se à agressão física. Do recontro resultaram dois mortos (norte-americanos) e vários feridos de parte a parte. Estes os elementos da provocação.

Passou-se imediatamente a seguir às acusações contra a República Democrática Popular da Coreia. Nos órgãos de «informação» do mundo do capital, a Coreia do Sul, e muito em particular as «forças de paz» dos EUA, são a vítima indefesa. A República Democrática Popular da Coreia o agressor, que desejaria a guerra, que desejaria «invadir» o sul — território amputado pelo imperialismo yanque. Assim se invertem os factos — técnica velha utilizada pela Casa Branca vezes sem conta. «Chamando ao defensor provocador e gritando pela punição da vítima, revelam mais uma vez a todo o mundo a natureza belicosa dos imperialistas americanos», escreve o «Rodong Sinmun», órgão do Governo da República Democrática Popular da Coreia denunciando as falsas declarações de Kissinger.

Depois do incidente, e do aproveitamento que dele foi feito, revelando o seu carácter de montagem, novas achas foram lançadas à fogueira. O protesto norte-americano tem um tom abertamente bélico e provocatório. A morte dos dois americanos é considerada «um aberto e flagrante acto de beligerância», afirmando-se mesmo que o «incidente não só prejudicou todo o contexto desta comissão como viola a neutralidade da área de segurança». Uma mensagem enviada pelo presidente Kim Il Sung em que se expressam os pêsames pela morte dos dois oficiais americanos no incidente, foi rejeitada. Os Estados Unidos enviaram uma força naval para águas territoriais da República Democrática Popular da Coreia — constituída pelo porta-aviões «Midway», um cruzador lança-mísseis e quatro fragatas.

«Ao infiltrar os seus navios de guerra nas águas de outro país — afirma a agência noticiosa da RDP da Coreia — os agressores imperialistas americanos obrigam a outra parte a lançar-se num conflito. Ao emitirem um alerta de emergência em todas as águas coreanas, proclamam um campo de batalha nestas águas».

Washington não manifesta quaisquer desejos de pôr uma pedra sobre o assunto. É lógico. Montou a provocação, não pretende naturalmente atenuar, e muito menos apagar, as suas consequências.

O que os Estados Unidos desejam é atear um novo foco de guerra. A juntar aos que mantêm e alimentam em terras árabes. Parece pesarem mal as consequências. Na Ásia, o imperialismo americano tem somado derrotas. Ainda deveria estar bem fresca na memória dos dirigentes do capital na Casa Branca o fim do seu domínio do Vietname, onde nem as acrobacias políticas, nem o terrorismo foram barreira à determinação do seu povo na luta pela liberdade. O imperialismo tem memória curta. Os povos, não.

Hoje, mais do que nunca, se torna difícil alcançar triunfos para as forças do capital, através da provocação armada. Impõe-se entretanto a redobrada vigilância de todas as forças progressistas. As relações de paz que tão custosamente se estão a construir exigem que se aniquile à nascença toda a tentativa de guerra. É preciso que a Coreia não seja um novo Vietname. Só o imperialismo pode estar interessado na guerra.

## BREVES NOTÍCIAS DOS PAÍSES SOCIALISTAS

- A sonda lunar soviética «Luna-24», cumpriu com êxito a sua missão, tendo lançado uma nave de regresso com amostras de rocha que havia retirado do solo lunar, que selou hermeticamente num recipiente.
- Será construído, nos próximos cinco anos, um grande porto no Rio Danúbio, junto de Smeredovo, cidade localizada a 50 km de Belgrado. No fim da primeira etapa de construção, a sua capacidade de transbordo será de dois milhões de toneladas. No fim do período de construção, tal capacidade elevar-se-á para cinco milhões de toneladas.
- Até 1980 serão melhoradas na URSS cerca de 9 milhões de hectares de cultivo. A este número podem-se juntar quase 38 milhões de hectares de pastoreio, conquistados aos desertos, estepes e montanhas, através de sistemas de regadio.
- A empresa romena de Brasov entregou há dias o seu 500 000 tractor. A empresa foi instalada há cerca de 30 anos com ajuda soviética. Em cada nove minutos sai um tractor das cadeias de montagem desta empresa, que exporta para oitenta países.
- Nas zonas polares da União Soviética constroem-se actualmente, pela primeira vez, casas em alumínio pré-fabricadas. As casas dispõem de jardins de inverno e de mobiliário especial.

Dez mil homens, mulheres e crianças morrem todos os dias de fome em África, na Ásia, na América Latina. Nestes três continentes, o número de crianças em idade escolar que não frequenta qualquer escola, é superior ao número dos que vai à escola. Dos dois milhões e meio de pessoas que povoam o mundo subdesenvolvido, um milhão encontra-se em estado permanente de subalimentação, 800 mil são analfabetos.

Este um dos problemas básicos discutidos e enfrentados em Colombo na 5.ª Conferência dos Países Não-Alinhados. Esta a razão porque cada um dos dirigentes dos países não-alinhados que subiu à tribuna em Sri Lanka exigiu a instauração duma nova ordem económica mundial, denunciou a acção do imperialismo como responsável pelo estado de pobreza em que vive dois terços da Humanidade.

O subdesenvolvimento não tem como raiz única a exploração colonialista. Hoje o colonialismo está praticamente enterrado, mas numerosos países que gozam, de há muito, de uma independência política formal, continuam presos à categoria de subdesenvolvidos. Para o justificar a extrema-direita

some pseudoteorias racistas. A realidade é bem outra.

Os economistas da delegação do Panamá tiveram a oportunidade de explicar de uma forma bastante clara o que significa a industrialização na América Latina — um processo indispensável para que qualquer país crie uma economia própria e evoluída, furtando-se assim ao subdesenvolvimento. A industrialização nem sempre tem essa consequência lógica. No princípio do século só havia na América Latina três filiais das multinacionais norte-americanas. Hoje contam-se cerca de duas mil. A seguir a mesma linha de rumo, por volta dos anos oitenta, o comércio entre os Estados Unidos e a América Latina pode tornar-se um negócio interno das multinacionais com sede nos EUA, que fazem de quase todo o continente território seu.

Assim, a independência política, a posse das riquezas nacionais, a defesa dos interesses dos povos, a sua capacidade de determinar os destinos do seu país, não passam de formalismo (quando formalmente reconhecidos). O imperialismo domina pelos seus tentáculos económicos, pelo desmesurado poder das multinacionais.

Uma das importantes conclusões da Quinta Cimeira dos Países Não-Alinhados foi a aprovação das resoluções de carácter económico, elaboradas pela comissão económica da conferência mundial que se verificou antes da cimeira: criação de um banco dos países não-alinhados para fortalecer a cooperação financeira entre os referidos países; criação de um sistema monetário paralelo que contraponha a sua força económica à do sistema monetário do imperialismo; indemnizações por prejuízos de guerra durante a ocupação colonial; aplicação das conclusões da Conferência Mundial de Alimentação; criação de um fundo comum para financiar os stocks de reserva de matérias-primas; soberania sobre os recursos naturais; recuperação de valores artísticos roubados pelos colonialistas; criação de um fundo para a reconstrução do Laos e do Vietname; obtenção e distribuição de produtos farmacêuticos

segundo uma lista de prioridades; estabelecimento de programas destinados a remediar e prevenir as consequências das catástrofes; peço-se ainda a facilitação de transportes para os países sem saída para o

mar e é destacada muito em particular a necessidade de fortalecimento da solidariedade entre os países em vias de desenvolvimento.

O programa agora aprovado em Sri Lanka, já quando projecto, alarmou as multinacionais habituadas a operar com poucas peias num mundo que consideram exclusivamente seu — o mundo dos negócios. Catorze grupos industriais da Europa capitalista fizeram publicar o seu relatório confidencial aos dirigentes da CEE, no mesmo momento em que decorria a reunião de Colombo. Ai são exigidas «garantias de segurança» que correspondam de facto à abertura de portas para uma incontrolável penetração dos capitais ocidentais.

Nem todos os dirigentes reunidos em Sri Lanka se bateram inequivocamente contra o imperialismo, por condições para o desenvolvimento progressista da sociedade e da economia dos seus países, pela paz mundial. Houve também os que se esforçaram por identificar o auxílio e as relações fraternas do mundo socialista com a exploração de que são vítimas por parte do imperialismo. Ginástica difícil. Os países socialistas nada têm

## ÁFRICA DO SUL: A AGONIA DO NEOCOLONIALISMO E DO RACISMO

**Com uma linguagem e uma prática próprias da guerra-fria, o imperialismo esforça-se por abafar a luta crescente dos povos da África do Sul. Conta aí também com o auxílio da «informação» ao serviço do capital**

Nos arredores de Port Elizabeth, na costa Leste da África do Sul, a polícia proibiu a entrada de jornalistas. Pretendia apresentar a sua própria versão pública dos acontecimentos, os números referentes a mortos e feridos, quando disparou contra mais de mil manifestantes africanos.

A polícia sul-africana, mesmo dentro da sua óptica de mistificação, deturpação e calúnia, não deveria ser tão rígida nas suas normas. Ser jornalista não significa obrigatoriamente informar com verdade. Está em causa um problema de opção política e ideológica. E a verdade só se casa bem com a defesa das forças do progresso.

A polícia de Vorster pode estar descansada — tem também os seus defensores. Uma imprensa «pluralista» que no nosso país e no estrangeiro vê nas mãos nuas dos africanos o germe da violência, nas mãos armadas de assassinos envergando fardas os defensores da ordem e, quem sabe, as vítimas. Assim se confundem valores e se invertem imagens, para que aos olhos das grandes massas dos vários países do mundo as forças revolucionárias surjam como vulgares bandos de arruaceiros, semeadores de violências gratuitas e condenáveis. «Vaga de violência negra» — é a forma como é caracterizada por tais órgãos de informação a luta heróica e persistente dos povos da África do Sul contra o regime tirânico de Vorster.

80% dos trabalhadores africanos de Joanesburgo fizeram greve, correspondendo assim ao apelo da ANC. Trata-se de um facto notável, que mais uma vez confirma o espírito revolucionário do povo da África do Sul, a sua determinação em pôr fim ao neocolonialismo e ao racismo, a correcção da linha de orientação da ANC e do PC da África do Sul. 80% dos trabalhadores em greve, na capital de um país em que a vida de um africano nada vale, constitui um facto que nunca é demais salientar. A óptica da imprensa «pluralista» é entretanto muito diferente. A seu ver esta greve surge simplesmente como uma «ameaça» à indústria sul-africana. Mas há mais. Surge como compulsiva. A ANC teria afirmado incendiar as casas dos trabalhadores que não correspondessem ao seu apelo (!). Os trabalhadores teriam temido tais ameaças, teriam temido a acção dos piquetes de greve. A polícia armada nas ruas não

constituiria qualquer forma de ameaça.

Do conjunto de notícias com que se tenta deturpar a realidade do que se passa na RSA, perpassa entretanto um sentimento muito vincado — o sentimento de medo. Medo das massas africanas em luta. Medo da capacidade mobilizadora dos movimentos revolucionários que assim vêem cumpridas as suas palavras de ordem. Um medo que, para se encobrir, chega ao ridículo de tentar ocultar a causa imediata da greve — a convocação da ANC —, afirmando que, «aparentemente», a greve se deveria a tal convocação. Só «aparentemente».

São coerentes estes esforços de deformação da realidade e inversão de valores. Coerentes com a defesa dos interesses do capital a nível internacional. O que se joga neste momento na África do Sul «justifica» todos os métodos. Dão-se passos importantes para o fim do neocolonialismo e do racismo em África, que o mesmo é dizer, para o fim da base de defesa dos interesses do imperialismo neste continente. E uma África livre, pesará, seriamente, na acentuação do desequilíbrio mundial a favor das forças progressistas. Pesará, de uma forma não menos vinculada, na «bolsa» das multinacionais...

Os «estudos» das empresas ligadas ao grande capital, são de uma forma geral elucidativos. O Instituto para Estudo de Conflitos, organização particular britânica de pesquisa política, em relatório recentemente divulgado, demonstra particular apreensão pela existência de regimes progressistas em Angola e Moçambique, e pelos progressos no movimento libertador no continente. Para o tal Instituto, esse facto representa uma «ameaça» para as rotas de abastecimento ocidental de petróleo pelo cabo da Boa Esperança e o acesso do Ocidente ao urânio e a «outros minerais estrategicamente vitais» da África Austral. Claro que para o Instituto britânico, tudo isto se salda num recrudescer do «perigo soviético» — a velha linguagem da guerra-fria.

O relatório referido salienta ser «a paz na região uma questão de fundamental interesse para a Europa e para os Estados Unidos». A que paz se referem os técnicos ao serviço do capital inglês, facilmente se pode concluir pelos porfiados esforços de criação de um PACTO

ATLÂNTICO SUL. Nem só a «teoria» do capital internacional tem o cunho da guerra-fria. A prática não o tem menos.

Os planos estratégicos do Pentágono na América Latina, quer se trate de bases americanas na zona do Canal do Panamá, quer dos acordos militares com este ou aquele país ao Sul do Rio Grande, têm sempre como um dos principais objectivos o estrangulamento da luta de libertação nacional dos povos desse continente.

Mas não só. Há um outro factor que leva os iniciadores de um novo bloco militar a intensificar as suas actividades — a pressa, a urgência de lançar a Pretória uma bola de salvação, na medida em que cresce o isolamento da RSA e são abaladas as bases do regime racista.

A forma e o conteúdo dos problemas levantados, a «vulnerabilidade» das rotas de abastecimento pelo cabo da Boa Esperança, são questões velhas e bem nossas conhecidas. A NATO sempre mostrou empenho particular nas posições do colonialismo português em África. E o motivo então apontado é o

mesmo que hoje «justifica» apreensões, a mesma que baseia esforços no sentido da criação de um novo pacto bélico num momento de particular mobilização de forças para instauração definitiva de um clima de coexistência pacífica e a sua concretização indispensável na queda da corrida armamentista.

Os caminhos do retorno à prática da guerra-fria não são os únicos utilizados para tentar atrasar o processo de libertação dos povos da África do Sul. Recorre-se também, como sempre, às manobras políticas. É nesta perspectiva que se inserem os esforços para apresentar um governo fantoche para a Namíbia, com o que se pretende evitar uma real solução do problema. De acordo com os planos dos racistas 800 mil habitantes da Namíbia serão agrupados nas regiões desérticas, enquanto cem mil brancos ficarão na posse de 80% das terras férteis.

Os planos de Vorster e CIA terão que enfrentar a crescente luta dos povos da África do Sul. A cinica magia de Pretória não alcançará os frutos almejados.

## BREVES NOTÍCIAS DE ÁFRICA

- O Comité Central do MPLA deverá debater brevemente a possibilidade da transformação do movimento de libertação nacional em partido político da classe operária, baseado na ideologia marxista-leninista — declarou o primeiro-ministro angolano, camarada Lopo de Nascimento, no decurso de uma visita a Cabinda. «Pensamos que o MPLA, como movimento de libertação, cumpriu o seu dever histórico, que era o de libertar a pátria — declarou Lopo do Nascimento, que acrescentou: — Chegou o momento do MPLA a ceder o seu lugar a outra organização com características diferentes, não somente no que respeita ao seu aspecto programático, mas também às suas estruturas».
- A recente incursão dos racistas rodesianos em território Moçambicano, onde foram chacinadas mais de mil pessoas, foi preparada com a ajuda de estratégias da NATO — afirma em editorial a «Pravda», que acusa os racistas rodesianos de «tentarem criar a instabilidade em Moçambique e a contra-revolução interna», com o objectivo de se «vingarem da derrota dos colonialistas em Angola e de elevarem o moral dos racistas que tentam conservar o poder no sul da África».
- O Conselho de Ministros da República de Cabo Verde aprovou a lei da paternidade e da filiação, pela qual é abolida a distinção, até agora vigente, entre filhos legítimos e naturais.
- A fim de preparar o terceiro congresso do PAIGC, reúne-se em Bissau, dia 26, o Conselho Superior de Luta do PAIGC. Entretanto, dezenas de estudantes do liceu de Bissau estão a preparar-se para nas próximas férias escolares iniciarem uma campanha de alfabetização do interior do País.

## UM LIVRO FUNDAMENTAL

as experiências acumuladas na construção do socialismo e do comunismo tratadas de forma acessível

A PARTIR DE AGORA TAMBÉM PARA SI A ECONOMIA NÃO SERÁ DIFÍCIL!

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTÍFICO

LEV LEONTIEV

CURSO ELEMENTAR DE ECONOMIA POLITICA

ed. Avante!

UM CURSO EM 2 VOLUMES À VENDA NAS BOAS LIVRARIAS

Publicado em CDL - Central Distribuidora Livreira Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa 1

592 páginas 120\$00

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTÍFICO

CURSO BASICO DO COMUNISMO CIENTIFICO

ed. Avante!

à venda

Pedidos a: CDL - Central Distribuidora Livreira Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa-1

# CONTRA OS DESPEJOS ILEGAIS FAZER CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO

Face à vaga de despejos que se intensifica ao ritmo da recuperação capitalista, o nosso Partido defende a aplicação do preceituado na Constituição

Ainda que a imprensa dita pluralista tente remeter os factos para um reduzido espaço ou simplesmente os ignore, nas últimas semanas somam-se as notícias sobre despejos. Famílias das camadas mais desfavorecidas da população — expressão cara aos órgãos do Governo que dizem defendê-las —, são postas ao relento com os filhos geralmente em número tanto mais elevado quanto piores são as condições de vida. Mas não só. Chegam a despejar-se crianças de infantários e escolas criados pelo iniciativa popular porque entretanto os antigos senhores regressam na onda da recuperação capitalista.

O problema das ocupações tal como os dos despejos não é simples de analisar. Na realidade o que existe é um problema habitacional e carências próprias de subdesenvolvimento social que se revelam sob vários aspectos, incluindo o urbanístico. A solução tem pois de ser de fundo. A Constituição garante-a. Mas as populações vivem da concretização das palavras em realidades e não da formulação de direitos abstractos que os factos desmentem. Os caminhos de resolução do problema habitacional delineados até ao VI Governo Provisório foram sistematicamente bloqueados e os primeiros dias do I Governo definitivo são marcados pelas ordens e realizações de despejos...

## QUADRO SOCIAL

Não é possível a abordagem do problema dos despejos, sem a referência à situação que, a herança do regime fascista, constitui o quadro social justificativo das ocupações de habitações há muito devolutas.

Até ao 25 de Abril de 1974, o sector de habitação, bem como o da construção civil, foi dominado pela mais desenfreada especulação e corrupção. Aos grupos que no seio do capitalismo monopolista dominavam estes sectores, nunca se colocou o interesse de resolver um problema social, como o da habitação, pelo que o défice herdado neste campo se elevava a uma carência superior às 500 000 habitações no 25 de Abril.

Ao mesmo tempo, a procura de lucros elevados por parte dos capitalistas ligados à construção civil levou estes a dirigirem-se para a construção de bairros, onde a falta de infra-estruturas essenciais à vida em sociedade permanecia ao lado de um pseudo-luxo justificativo de elevados preços de custo, cuja causa se deverá procurar na especulação existente em torno dos terrenos urbanizados. Este elevado preço impossibilitava o acesso a uma habitação digna à grande maioria dos trabalhadores que eram atraídos para bairros de lata ou clandestinos ou ainda para a habitação em quartos e partes de casa.

Esta situação era agravada nas zonas onde existe maior concentração industrial, particularmente na orla litoral e nas grandes cidades, onde paralelamente aos bairros de lata e clandestinos se ergueram quer grandes prédios desocupados, devido à especulação nos arrendamentos e nas vendas, quer habitações subocupadas no tempo ou no espaço, ou ainda totalmente desocupadas, na expectativa de que uma valorização do solo tornasse altamente compensadora a sua demolição e substituição a maior parte das vezes para fins não habitacionais.

## A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA CONTRA AS POPULAÇÕES

Com o 25 de Abril de 1974, as forças democráticas combatem o problema da falta de habitação a três níveis distintos, mas complementares, de actuação no aparelho de Estado, na administração local e na organização popular de base. Dos esforços conjugados a estes três níveis foi possível avançar — com a operação SAAL, visando, através da organização das populações e do apoio financeiro e técnico estatal, a recuperação e substituição de bairros de lata e outras zonas de habitação profundamente degradadas:

— com os Contratos de Desenvolvimento, visando a reconversão da indústria da construção civil, até aí voltada para o campo especulativo, colocando-a, com o seu potencial técnico e humano, à disposição da construção de habitação, próxima da habitação social;

— com a recuperação de zonas clandestinas, visando, através do trabalho das autarquias locais e da organização das populações, a criação de condições de habitação digna, em zonas onde existia total falta de infraestruturas e equipamento;

— com as cooperativas de habitação que representam a vontade organizada daqueles sectores da população que possuem as pequenas poupanças, procuram ultrapassar, quer a especulação a nível do sector privado na construção civil, quer a impossibilidade existente por parte do sector público de responder minimamente ao problema;

— com a constituição de Bolsas de Habitação, possibilitando um melhor conhecimento do mercado da habitação, e uma possibilidade de controlo do mesmo. Se bem que estas conquistas dos trabalhadores sejam significativas, elas não poderiam, na prática, vir a resolver de imediato o problema da habitação tanto mais que as pressões populares e do poder local, no sentido da promulgação de uma «Lei dos Solos», não levaram à publicação dessa lei, se bem que a mesma tenha ganho dignidade constitucional, e estivesse praticamente em condições de ser promulgada nos IV e V Governos Provisórios.

Saliente-se que a Lei de Solos, quando à municipalização do terreno urbano, combateria a especulação no custo dos terrenos e permitiria a oferta destes de acordo com as necessidades da habitação e equipamento social, definidas através de um planeamento, já iniciado a nível da administração local.

Saliente-se ainda que a não publicação desta Lei se deve à política de recuperação capitalista, prosseguida por certos departamentos do VI Governo Provisório, que igualmente conduziu à asfixia de Gabinetes de Planeamento Urbanístico, mantidos pela administração local, e importante arma de combate ao tráfico de influências e interesses no campo da construção civil e aproveitamento de espaços para utilização colectiva.

Esta política dos mesmos departamentos do VI Governo Provisório é ainda responsável pela asfixia sentida nos planos SAAL, e nos contratos de desenvolvimento e pela preferência no apoio à construção de habitação individual, em prejuízo do apoio às Cooperativas de Habitação, no interesse do empresário capitalista e no prejuízo efectivo das empresas de construção civil nacionalizadas ou com participação estatal, cuja estagnação, artificialmente provocada, visa auxiliar a recuperação capitalista, através de uma fictícia demonstração de que o sector público é improdutivo.

Acresce a este quadro o facto de a Lei do Arrendamento Urbano deixar a renda ao sabor da oferta e da procura, não definindo critérios de relação entre rendimento familiar e renda estabelecida, e ainda o facto de as fugas de muitos senhorios a esta Lei, nomeadamente na declaração de habitações disponíveis, e na destruição de interiores das mesmas, não terem encontrado uma contrapartida legal na actuação da Fiscalização Económica.

Perante este quadro, o problema das ocupações, que estão na base de muitos despejos agora verificados, tem de ser encarado como resposta das populações organizadas, às carências que se mantêm e como desejo de avançar com a distribuição em termos justos do parque habitacional, ainda desocupado ou subocupado.

Daqui o grande número de ocupações efectuadas, quer com fins habitacionais, quer com vista à utilização colectiva. Isto, independentemente das acções demagógicas e irresponsáveis, de certos grupos esquerdistas, promovidas com o objectivo de ganhar a simpatia das populações e ficarem em posição de manipulá-las no futuro, sem cuidarem dos verdadeiros interesses das populações e das consequências a que as expunham.

## O PCP DEFENDE A APLICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

O direito à habitação é claramente preceituado na Constituição da República Portuguesa (art.º 65.º). Não pode este direito ficar ao nível meramente programático ou teórico, mas terá de ser respeitado, dentro das condições reais e das possibilidades de aproveitamento total do parque habitacional nacional e de

acordo com as disponibilidades económicas do País.

Saliente-se que, encaradas à luz da Constituição, muitas das disposições do direito ordinário, referentes a esta matéria, são injustas porque, baseando-se na lei da oferta e da procura, no mercado da habitação, não visam a satisfação das necessidades concretas da população.

Assim, como, repetimos, ainda do art.º 65.º no seu parágrafo 3.º, compete ao Estado adoptar «uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria».

Acresce a esta situação o facto de os nossos tribunais, numa visão formalista do Direito, não darem o devido peso ao interesse público, na garantia da habitação, tal como aponta a Constituição, mas fazerem prevalecer o interesse privado.

Verifica-se ainda que a maioria das acções de despejo visam essencialmente as ocupações, quer as efectuadas após o 25 de Abril de 1974, pelos motivos apontados atrás, quer as resultantes da passagem de habitações entre familiares ou sublocação.

Face a estes despejos, o Partido Comunista Português defende a aplicação do preceituado na Constituição, quando no seu artigo 217.º afirma poder a lei «criar juizes populares e estabelecer outras formas de participação popular na administração da justiça», para o julgamento destes processos, que deverão ser precedidos de inquéritos sérios à real situação económica e social de cada caso concreto, tendo sempre em vista que nenhum despejo origine as situações dramáticas a que ultimamente temos assistido, e que estão em contradição com o preceituado no art.º 65.º, quando este afirma que «todos têm direito, para si e para sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar».

Repare-se que consideramos igualmente as condições criadas por ocupações feitas em prejuízo de senhorios, que apenas dispõem dos fracos rendimentos das suas habitações e que não podem ser prejudicados através da ocupação sem compensação.

Igualmente pensamos não se poder criar prejuízo aos emigrantes, cujas habitações devem ser mantidas, protegendo os seus legítimos interesses.

Em suma, repetimos, compete ao Estado, tal como está estabelecido no art.º 65.º da Constituição:

- Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de reordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social;
- Incentivar e apoiar as iniciais das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e fomentar a autoconstrução e a criação de cooperativas de habitação;
- Estimular a construção privada, com subordinação aos interesses gerais.



Operárias conserveiras: a exploração que dura há dezenas de anos e que o patronato procura manter

# CONSERVEIROS EM LUTA PELO DIREITO AO TRABALHO

Mantém-se o impasse nas negociações entre os Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Conserveira e a entidade patronal, que permanece intransigente na sua posição de não conceder aos trabalhadores, na sua esmagadora maioria mulheres, o direito ao pleno emprego, isto é, o trabalho semanal durante 45 horas.

As últimas negociações efectuadas saldaram-se por mais um malogro, continuando os patrões renitentes ao quererem manter os lucros chorudos à custa da exploração dos trabalhadores.

Entretanto, a greve de braços caídos que atingiu uma percentagem próxima dos 95 por cento das trabalhadoras na segunda-feira passada manteve-se no distrito de Setúbal e Faro, sendo disposição daqueles trabalhadores manter a paralisação até que o patronato explorador reconheça os legítimos direitos dos trabalhadores. Por seu turno, as empresas do Norte do País muito embora não tivessem continuado a greve de braços caídos a que aderiram na segunda-feira continuam a não deixar sair o produto acabado das fábricas como, aliás, sucede em todas as empresas.

«Os trabalhadores desejam uma reanimação da indústria e desejam sobretudo, ter a garantia de emprego assegurado contratualmente. — salienta um comunicado dos Sindicatos representantes dos trabalhadores da indústria de conservas sobre as negociações do seu Contrato Colectivo de Trabalho e distribuído pelo Departamento de Informação da Intersindical Nacional.

Entretanto, a greve de braços caídos — forma de luta que os operários conserveiros utilizaram na segunda-feira passada para obrigar o patronato a uma negociação formal do CCT — registou uma adesão próxima dos 95 por cento do operariado do sector. Apenas quatro empresas no Norte e uma em Sines mantiveram a laboração. Neste último caso a laboração efectuou-se por um gesto de uma fábrica ter garantido aos trabalhadores que o desentendimento nas conversações já tinha sido ultrapassado. Relativamente às empresas do Norte e segundo informações de elementos sindicalistas teria havido «intimidação policial».

A luta dos operários conserveiros dura há várias semanas, tendo-se caracterizado essencialmente pela retenção do produto acabado declarando-se contido dispostos a abandonar esta posição apenas quando o CCT for assinado.

Sector importante da indústria nacional, nomeadamente pela entrada de divisas que a exportação proporciona e pelos postos de trabalho que possibilita, a indústria conserveira tem sido desde sempre campo para a exploração mais descarada dos trabalhadores. Há muitos anos já que as lutas se sucediam: greves, repressão das forças fascistas, períodos de luta sem qualquer remuneração e apenas a solidariedade de outros trabalhadores, foram constantes no sector conserveiro, muitas vezes apenas para conseguirem um aumento de \$50 por dia para melhor poderem mitigar a miséria em que viviam.

Agora, representantes do patronato afirmam publicamente que abandonar a mesa das negociações no caso de continuar a «coacção» dos

existência de uma rede de frio devidamente estruturada. Desde já poderemos ter a certeza de que isto não se conseguirá dentro dos velhos esquemas de empréstimos por parte do Estado ao patronato, já que a experiência nos diz que poderá haver desvios de grande parte destes empréstimos para outros fins mais ou menos duvidosos.»

## ... OU A EXPLORAÇÃO DO PATRONATO

Também sobre este assunto o comunicado dos sindicatos representantes dos trabalhadores da indústria conserveira é explícito:

«O patronato pretende continuar a viver folgado e sem problemas à custa dos ordenados de miséria que paga ao pessoal — os operários conserveiros são os mais mal pagos do país —, à custa do bónus e subsídios estatais (ex.: benefício de 50 por cento por cada lata exportada), à custa do abaixamento do custo de factores de produção (ex.: diminuição do preço do azeite e óleo) e à custa do aumento do produto acabado, na ordem dos 10 por cento, a ser suportado pelos consumidores.

«Sintetizando: «O patronato não investe, não racionaliza a gestão, não cumpre com a lei, quer lucros assegurados à custa dos dois contos e setecentos mensais que paga às operárias, à custa dos favores do Governo e do sacrifício do consumidor.

«Ora tudo isto é preocupante e mais preocupante se torna quando o Governo, alertado repetidamente pelos trabalhadores, não toma medidas eficazes com vista à normalização do sector, sector importante pelos efectivos humanos que dispõe e por se tratar de uma indústria alimentar com forte incidência no equilíbrio da nossa balança comercial.

«Por normalização do sector os trabalhadores não entendem outra coisa se não o Estado chamar a si pela via da intervenção ou pela via de nacionalização de todas as fábricas onde se processa uma actividade anormal, quer no plano da produção quer no plano da descapitalização, quer no plano dos incumprimentos contratuais e legais.»

## HÁ CONDIÇÕES

Relativamente aos problemas levantados pelo patronato para não concordarem com as 45 horas de trabalho semanal, Emílio Campos Lima, que participa nas negociações do CCT em representação do sector estatizado das indústrias das conservas foi preciso ao desmistificar a argumentação do patronato frisando, de início, que nas dez fábricas que constituem já o sector estatizado o horário das 45 horas semanais é praticado e apesar de o Estado as ter encontrado no mais completo descalabro estão hoje a recuperar.

Prosseguindo, aquele elemento salientou que o preço de 6\$80 a que a Secretaria de Estado das Pescas pode assegurar o fornecimento do pescado pode ser suportado se existir uma organização com capacidade de produção global que permita às empresas em melhores condições utilizar peixe congelado e as restantes peixe fresco. Quanto à possibilidade de colocação do produto que o patronato afirma ser bastante difícil Campos Lima corroborando outras opiniões salienta as grandes possibilidades que existem. Uma coisa é certa: depois de explorados durante dezenas de anos os trabalhadores da indústria conserveira merecem um contrato colectivo de trabalho justo e não de tão-lé mercê da sua unidade e da solidariedade de todos os outros trabalhadores.

## FÁBRICA ENCERRADA EM OLHÃO

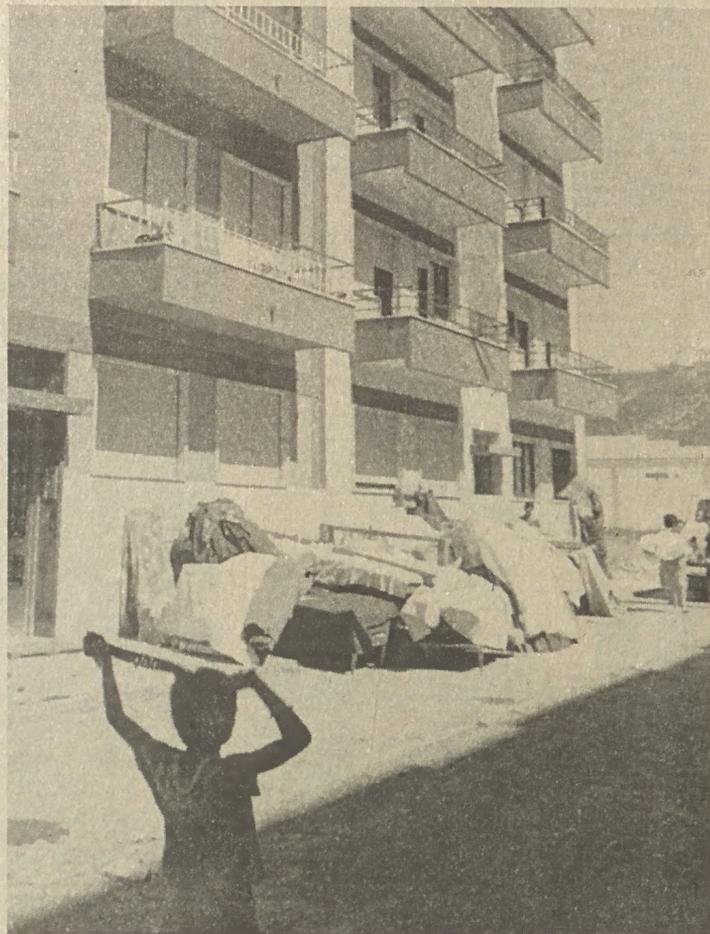
No desenrolar da luta dos trabalhadores conserveiros o industrial Manuel de Sousa tentou encerrar a fábrica DORA, que possui em Olhão.

Denunciando esta manobra reaccionária, tanto mais que aquele industrial tentou fechar a fábrica por estar habituado a lucros difíceis de obter na hora presente e não por falta de meios visto que possui uma empresa de construção civil, a GOLFOMAR, que lhe proporciona lucros chorudos, a Comissão Concelhia de Olhão do PCP tornou público um comunicado onde salienta:

«Já há bastantes meses que este patrão havia começado a desfazer-se da existência de conservas e materiais e a preparar o encerramento da fábrica e o abandono dos trabalhadores. Assim, na sexta-feira à tarde, fez comunicar às operárias que fecharia a fábrica e que os últimos salários seriam pagos no sábado. É, então, que na altura do pagamento efectuado por um seu servidor, através de um buraco numa porta, que as operárias entraram pelo portão principal e ocuparam a fábrica. Tentou o Manuel de Sousa dividir os trabalhadores oferecendo latas de conserva aos operários menos conscientes, dizendo que, sempre que precisassem de qualquer coisa, fossem estar com ele. Por outro lado, ameaçou os outros com a vinda da Guarda Republicana para os desalojar, tal como nos odiosos tempos do fascismo.

«Esta posição levou a que as operárias organizassem piquetes de vigilância. É pois necessária a solidariedade activa de todos os trabalhadores conserveiros, e não conserveiros, nesta luta visando a garantia de emprego e de todas as regalias já conquistadas pelos trabalhadores da DORA.

«A Constituição da República garante o direito ao trabalho. Os trabalhadores da DORA não poderão ficar desempregados!»



Despejos — a prepotência do capital explorador que de novo se abate sobre as camadas menos favorecidas